

Murilo Meihy



OS LIBANESES

COLEÇÃO POVOS & CIVILIZAÇÕES

COORDENAÇÃO JAIME PINSKY

OS AMERICANOS *Antonio Pedro Tour*

OS ARGENTINOS *Ariel Palacios*

OS CHINESES *Claudia Trevisani*

OS ESPANHÓIS *Josep M. Buadas*

OS FRANCESES *Ricardo Corrêa Coelho*

OS INDIANOS *Florencia Casra*

OS INGLESES *Peter Burke e Maria Lúcia Palares-Burke*

OS IRANIANOS *Samy Adghami*

OS ITALIANOS *João Fábio Bertonha*

OS JAPONÊSES *Célia Sakurai*

OS LIBANESES *Murilo Meihy*

OS MEXICANOS *Sergio Florentio*

OS MUNDO MUÇULMANO *Peter Demant*

OS PORTUGUESES *Ana Sibília Scott*

OS RUSSOS *Angelo Segrillo*



É proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores serão sujeitos às penas da lei.

Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra, com o qual não cessariamente concorda. O Autor conhece os fatos narrados, pelos quais é responsável, assim como se responsabiliza pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em www.editoracontexto.com.br.



São Paulo: Editora Contexto, 2016.

COMER, FUMAR, XINGAR: A CULTURA LIBANESA	95
A comida como ferramenta de socialização	95
A cultura do tabaco: onde o arguile é a lei	105
As questões étnicas: quando xingar é uma arte	109
OLHA O QUIBE! PROBLEMAS ATUAIS E DESAFIOS	115
Muito suíção para pouca odalisca: a política e o Estado	115
O pecado mora ao lado: os vizinhos e os interesses estrangeiros	118
As maldições: água e turismo	126
SER OU NÃO SER LIBANÊS, EIS A QUESTÃO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL!	131
O que faz do Líbano o Líbano: um jovem país jovem	131
A polémica condição das mulheres libanesas	135
Os "outros" libaneses: os refugiados	139
AQUARELA LIBANESA: AS ARTES NO LÍBANO	145
O que a guerra não apaga: a arquitetura libanesa contemporânea	145
Muito além da caligrafia: a literatura libanesa	150
Quem canta, seus males ressalta: a música do Líbano	157
Entre o Cairo e Hollywood: a sétima arte no Líbano	162
LÍBANO E BRASIL: A LÓGICA DA ESFIHA DE FRANGO	167
Da imigração à hibridização cultural	167
O Brasil como destino	169
Quando a coalhada azeda:	
esigmas e conflitos da imigração libanesa no Brasil	175
CRONOLOGIA	183
BIBLIOGRAFIA	187
O AUTOR	189
AGRADECIMENTOS	191



“BRIMOS, BATRÍCIOS E HABIBS”: QUEM SÃO OS LIBANESES?

CADA UM TEM O LÍBANO QUE MERECE

Podem parecer um exagero ou uma daquelas lembranças falsas e idealizadas, mas eu me lembro como se fosse hoje da primeira vez que ouvi a palavra “Líbano”. Na cozinha da minha casa de infância, tudo que era bom, gostoso e perfumado “vinha do Líbano”, ainda que em plenos anos 1980 as imagens que surgiam na televisão sobre a terra da minha família dissessem o contrário. Esse quadro complexo e instável, que misturava o sabor dos doces de pistache e os tiros da Guerra Civil deixava claro que o meu Líbano era melhor que o da vida real.

Cresci atrás do balcão de uma loja de tecidos em Guaratinguetá, interior de São Paulo, sob a influência de frases de efeito que ajudavam meus pais e avós a venderem os panos e os armazinhos que vestiam as dondocas da elite urbana e a gente simples do mundo rural daquela pequena cidade. Na mesma praça principal de “Guará”, a loja concorrente que disputava conosco o interesse da freguesia era a “Casa Síria”, e essa era a nossa guerra civil cotidiana. Se eles vendiam seda pura a 50 mil cruzeiros, nós vendíamos a 45 mil e esperávamos que o cliente fosse correndo contar aos nossos rivais que “nos libaneses era mais barato”. Entre uma negociação e outra, aquelas figuras docemente loucas, com traços marcantes e olhos amendoados que eu chamava de família, contravam-me histórias sobre casamentos, festas e brigas que envolviam nomes como Ibrahim, Sara, Elias e *horns bi tabine* (pasta de grão de bico).

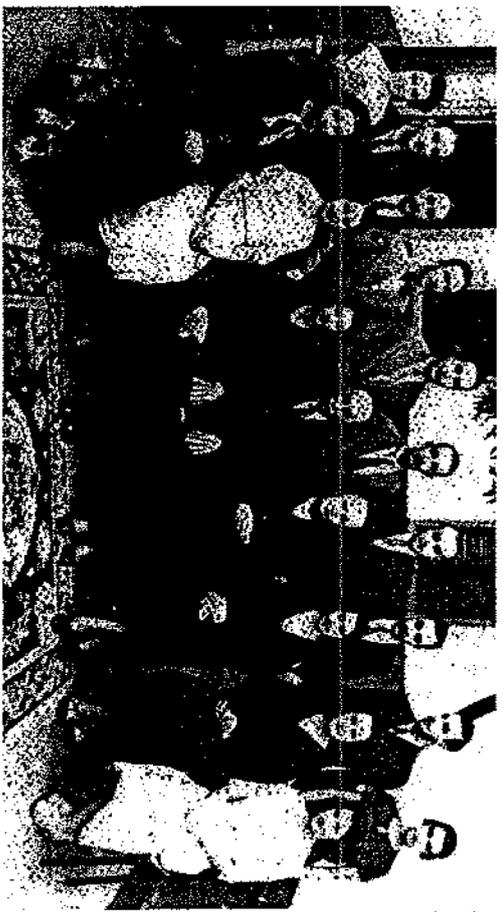
Aos domingos, pegávamos a Variant branca do meu pai para visitar os Samahá em Lorena, os Ghanen no Rio de Janeiro, ou esperávamos a segunda-feira para ir à Rua 25 de Março em São Paulo para comprar mais tecidos e munições para nossa guerra contra a “Casa Síria”. Tudo tinha cheiro de *zaatar*, gosto de esfiha, e vinha acompanhado de palavras como “*balach*”, “*kehle*” e muitos “*chufi beeda*”.

O tempo foi passando e aquele pequeno Líbano de Guaratinguetá foi se estendendo para o Oriente Médio real. Em 1999, a “Casa Sebe” fechou suas portas, o que me permitiu trocar o balcão da loja pela universidade. Os livros de História Contemporânea passaram a servir de guias explicativos sobre aquelas esquisitices

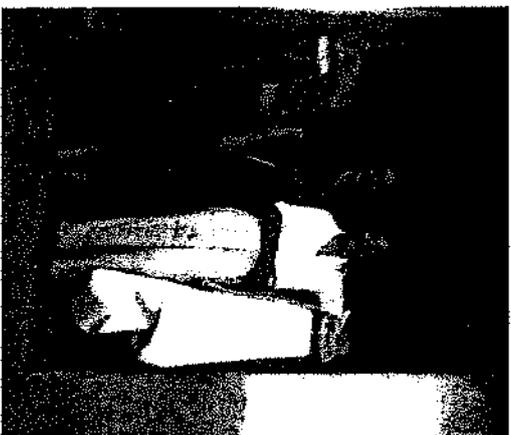
que eu podia observar nas ruas de cidades como Zahle, Beirute e Jbeil no verão do Líbano: fotos do alaróá Khomieni, postos de comando do exército sírio e nativos libaneses usando palavras como "Bonjour", "Ca va" e "Merci". Eu poderia consultar amigos, parentes e até estranhos que facilmente puxavam conversa pelas ruas do país, mas as explicações sobre a situação do Líbano atual eram sempre insatisfatórias. Meu pai, por exemplo, tentava responder às minhas perguntas com a mesma sensibilidade de um camelo raivoso. Acho que, na verdade, eu é que não tinha delicadeza para perceber que aquelas perguntas eram impertinentes para os ouvidos de alguém que amava tanto o Líbano. Eu insistia: "Pai, aqui não tem se-máforos?", e ele respondia: "Não, isso é para os fracos!". "Pai, como é o sufismo?", e ele respondia: "Ah, é a macumba do islã!"; mas... "Pai, não tem cerveja aqui?", e ele: "O que mais você quer? Uma porção de torresmos?".

Não quero ocupar o tempo do leitor deste livro com minhas memórias afetivas. Os exemplos que mobilizei anteriormente apenas ilustram um fato inconteste: ninguém é indiferente ao Líbano, mesmo quem não o conhece diretamente. Um livro sobre os libaneses pode estreitar a distância entre o leitor e o mundo criado por esses personagens, mas, nesse caso, reconheço os limites do meu texto, já que ainda não posso reproduzir todas as dimensões sensoriais da experiência de se conhecer e viver o Líbano. O sabor de uma amora colhida no quintal da casa de um parente, o som esdrúculo das leras guturais da língua árabe, a vista do Mediterrâneo oriental e a alegria das mãos enganchadas nas danças tradicionais dos casamentos e celebrações somente podem ser sentidos quando vivenciados. Na outra ponta dessa gangorra sentimental estava o medo da guerra, a expectativa da próxima crise familiar, a diáspora e, principalmente, a certeza de que, em muitos casos, essa experiência sensorial de se viver o Líbano não pode ser mais sentida integralmente por milhões de libaneses espalhados pelo mundo.

Por todas essas razões, este não é um texto ufanista, mas uma declaração de amor ao Líbano e aos libaneses, que se mostrará insólito nas páginas seguintes, como o verdadeiro amor deve ser. De todas as sensações desperdadas pelo amor, a que melhor representa o Líbano e os libaneses é, sem dúvida, a sedução. A escritora árabe Fatema Memissi (que não é libanesa) chama a atenção para o fato de que a língua árabe possui mais de 40 definições distintas para o amor e, em algumas delas, a "sedução" é o ingrediente semântico fundamental. O próprio sentido de um dos termos em árabe para "sedução" é uma boa metáfora para o Líbano. A palavra *al-fitra* pode significar em contextos distintos: 1) "tentação ou prova enviada por Deus"; 2) "sedução, no sentido de ser atraído pelo charme alheio"; e 3) "sedução, no sentido de dissensão ou guerra civil". As próximas páginas deste livro devem evidenciar como todos os significados dessa palavrinha árabe estão contidos no Líbano e nos libaneses.



Arquivo pessoal da família Sebe



Arquivo pessoal da família Sebe

Família Sebe no Brasil. Para o imigrante libanês, o família é a instituição que estabelece o vínculo com a terra de origem (primeira geração) e promove a assimilação com a terra que o acolheu (segunda geração).

O comércio urbano no Brasil foi o espaço de atuação de muitos imigrantes libaneses. Desde o século XX, os comércios com nomes árabes são parte da paisagem urbana brasileira, como a "Casa Sebe", em Guaratinguetá-sp.

MAS... QUEM SÃO OS LIBANESES?

A filosofia é o estudo que analisa os problemas fundamentais da existência humana. De forma resumida, ela pretende responder a grandes questionamentos dos seres humanos, tais como: "quem somos?", "de onde viemos?", "para onde vamos?"... Entretanto, como uma espécie de ciência reflexiva, ela tem negligenciado uma pergunta central para a humanidade: "quem são os libaneses"? As melhores respostas para essa inquietação não são encontradas em manuais acadêmicos sobre o Ser, o Acaso e o Tempo, mas, sim, na ciência de maior domínio dos habitantes do Líbano: o sarcasmo!

Quando fui instigado a escrever este livro, decidi procurar amigos libaneses para saber o que eles pensavam sobre seus patrióticos e, de forma unânime, todas as respostas que recebi foram contaminadas por um tom humorístico que diz muito sobre o Líbano. Até mesmo na internet, encontrei vários textos e blogs que tentam responder a essa pergunta com uma longa lista de afirmações debochadas capazes de estabelecer uma relação carinhosa e hilária com o tema. É com esse espírito que discuto aqui algumas dessas afirmações, a partir do seguinte questionamento: “Quem são os libaneses?”

○ Líbano é uma ponte entre o Oriente Médio e o mundo ocidental

Esqueçam as imagens estereotipadas que mostram o Líbano como um país habitado por homens e mulheres com roupas tradicionais e “étnicas”. As camisas de marcas famosas do Ocidente, os penteados ousados que mais parecem esculturas modernistas e as maquiagens pesadas combinam perfeitamente com véus islâmicos e correntes de ouro com pingentes em formato de cruz. Um simples passeio pelas ruas das grandes cidades libanesas revela que o Líbano é uma encruzilhada cultural onde os clichês mais clássicos sobre a relação entre Oriente e Ocidente se dissolvem. O estilo de vida moderno se combina ao respeito a determinados valores tradicionais, mostrando que o argumento de que se vive um confronto inevitável entre civilizações concorrentes pode fazer sentido a alguns historiadores e analistas de Relações Internacionais, mas comprovam que muitos desses estudiosos sequer colocaram seus pés nos países do Oriente Médio, principalmente no Líbano.

É claro que nas aldeias e pequenas cidades do país, a ocidentalização dos costumes enfrenta maior resistência, porém, ao se tomar as grandes cidades libanesas como Beirut, Jbel, Zahle, entre outras, a rua se transforma em um espaço multicultural. Esse é um dos poucos legados positivos das diversas instabilidades políticas vividas pelo país: todos os tipos sociais são potenciais inimigos da intolerância. Entretanto, o fato de que em Beirut, por exemplo, a apenas cerca de 500 metros de distância, você pode visitar a Mesquita al-Amin, a Catedral Maronita de São Jorge, a Catedral Ortodoxa de São Jorge (sim, são diferentes), a Praça dos Mártires, o Parlamento libanês e a loja da Virgin Megastore faz com que todos sejam obrigados a compartilhar o mesmo espaço físico e cultural.

Contudo, o fato de que estilos de vida distintos convivam nas grandes cidades libanesas não significa que não haja tensões cotidianas entre os membros da sociedade civil local. O Líbano não foge à regra da maioria dos países do mundo, sempre negociando rotineiramente os limites de cada um. O que precisa ser combatido na imagem que se tem dos libaneses é o fetichismo preconceituoso que defende a incompatibilidade entre Oriente e Ocidente, bem como a ingenuidade racanha que considera o Líbano um país idílico.

○ Líbano é o paraíso da cirurgia plástica

De fato, o Líbano é proporcionalmente o país com o maior número de cirurgias plásticas realizadas por ano, superando rivais históricos como o Brasil e os Estados Unidos. Há quem afirme que isso se deve aos arifícios femininos para conseguir vantagens no disputado mercado de casamentos do país. Trata-se, sobretudo, de um preconceito de gênero sofrido pelas mulheres libanesas. Representadas pela imagem de fragilidade e excesso de vaidade, as mulheres locais são sempre associadas a um perfil feminino altamente sexualizado e justificado pelo elevado número de rinoplastias no país. Essa imagem foi construída a partir do crescimento do número de artistas libanesas que se deixaram levar pela transformação de suas figuras em produtos culturais demasiadamente sensualizados da indústria cultural do Oriente Médio. Cantoras como Haifa Wehbe e Nicole Saba ajudam involuntariamente a perpetuação desse estereótipo. Na verdade, o mundo das cirurgias plásticas no Líbano não é composto apenas de intervenções médicas voltadas para a ocidentalização dos traços físicos femininos, mas é marcado também por cirurgias estéticas corretivas que visam restaurar a autoestima de pessoas desfiguradas vitimadas pela violência sofrida nos diversos conflitos e guerras da história recente do país.

A questão se agrava com o aumento do turismo de cirurgia plástica no Líbano. A qualidade técnica de seus cirurgiões favorece a ida de árabes de todo o mundo para o país à procura de correções estéticas. Nesse caso, não se trata apenas de uma prática feminina, já que o número de implantes de cabelo em homens tem aumentado drasticamente, assim como as lipospirações, a retirada de bolsas de gorduras nas pálpebras (blefaroplastia) e as aplicações de botox. Ao lado do reconhecimento internacional do alto nível técnico dos profissionais de saúde do Líbano, os preços convidativos das cirurgias alimentam ainda mais o turismo médico. A diferença de câmbio entre o dólar e a libra libanesa permite também que turistas em busca de cirurgia estética optem por se submeter aos tratamentos no Líbano em vez de na França, nos Estados Unidos ou no Brasil.

Não se pode negar que o Líbano tem tirado vantagem da fama de Meca da cirurgia plástica, mas, ainda que essa cultura da imagem seja perceptível no país, a mitológica beleza do povo libanês não deve ser atribuída à obsessão pela ocidentalização de seus traços. A beleza dos libaneses e das libanesas está na luta constante pela emancipação feminina, na pluralidade de sua sociedade civil e no reconhecimento dos erros políticos que marcam sua história contemporânea.

○ Quer conhecer um libanês? Pergunte qual é a marca do seu carro

O fascínio dos libaneses pelos automóveis é uma verdade absoluta, principalmente entre a juventude do país, que costuma relacionar os carros ao prestígio social

de seus proprietários. Uma explicação plausível para esse fenômeno encontra-se no fato de que os automóveis representam um conjunto de valores apreciados pelos libaneses, tais como o apreço pela tecnologia, a valorização de signos de prosperidade econômica e a imagem de independência e espírito aventureiro que o carro de luxo esportivo, por exemplo, pode atrelar ao seu dono. Por essas razões, a preferência nacional por modelos como BMW e Mercedes-Benz pode ser facilmente comprovada nas ruas e estradas do país. Um exemplo clássico desse deslumbramento é o gosto dos libaneses por carros como o Hummer, da General Motors. Esse modelo, muito popular nos Estados Unidos, destaca-se por assemelhar-se a um veículo de guerra com estilo esportivo e espírito de aventura. Para um país que viveu quase duas décadas de guerra civil e constantemente sofre intervenções militares estrangeiras, a cobiça libanesa pelo Hummer é quase uma ironia.

Entretanto, faz sentido que um automóvel inspirado em carros de combate seja admirado pelos cidadãos locais. Considerando o modo como os libaneses dirigem, comparar o trânsito das grandes cidades a um cenário de guerra é mais do que legítimo. O Líbano é famoso pelo seu tráfego caótico, motivado pela imprudência de seus motoristas e pela regra máxima da sua norma de trânsito: a lei do mais forte. As setas e os retrovisores são vistos como “opcionais” de fábrica menos úteis que o ar-condicionado.

Se o carro é expressão da personalidade de seu dono, pode-se afirmar que o Líbano é muito bem representado pelo modelo Lykan HyperSport, lançado em 2013 pela W Motors, a primeira empresa automobilística genuinamente libanesa. As ironias em torno do desenvolvimento desse modelo dizem muito sobre o Líbano e os libaneses, já que esse é um veículo superlucroso, esportivo, de alta performance, e “perfeito” para as vias públicas de um país pouco conhecido pela conservação de suas ruas e estradas. O Lykan HyperSport pode chegar a mais de 380 quilômetros por hora, ainda que o tráfego libanês habitual permita que o condutor desenvolva apenas 10% dessa velocidade. Além disso, a W Motors parece orgulhar-se de um automóvel que atingiu a incrível marca de sete unidades vendidas em 2013, ao preço de sete milhões de dólares (com o título de um dos veículos mais caros do mundo). O grande mérito do Lykan HyperSport para os libaneses: o carro foi a sensação do filme *Velozes e Furiosos 7*. E quando todos comemoravam o sucesso da orgulhosa indústria automobilística libanesa, a sede da W Motors foi transferida para Dubai.

“*Ktir mrottab!*”: os libaneses têm uma linguagem excêntrica

A maneira como os libaneses se comunicam chama a atenção daqueles que visitam o país pela primeira vez. Ao perguntar a um nativo onde fica um determinado local turístico, a principal coisa que se destaca é que, de imediato, os libaneses não

responderão à sua indagação com palavras. Independentemente de a pergunta ter sido feita em árabe, inglês ou em francês, a resposta será dada com um abrupto levantar das sobrancelhas na direção a ser seguida, ou mesmo a testa será usada para indicar a direção correta. Há certa postura teatral e performática no modo como os libaneses falam com estranhos. Ao invés de dizer um simples “não” a uma pergunta, os nativos preferem responder movendo a cabeça para trás e fazendo um som de clique com a língua. O domínio do vocabulário corporal local é uma ferramenta essencial para evitar mal-entendidos. Não se trata de uma forma desrespeitosa ou desinteressada de se comunicar; é apenas o modo mais direto de rebater a questão.

Quando o diálogo é estabelecido entre pessoas com algum grau de intimidade, outra curiosidade sobre a maneira como os libaneses se comunicam é o fato de que a mesma frase pode ter palavras de idiomas diferentes. Não é incomum que um libanês comece uma conversa dizendo: “*Hi, Kifak, Ca va?*”. Os maronitas provavelmente usarão “*Bonjour*” para cumprimentar alguém, enquanto os muçulmanos farão o mesmo com o seu clássico “*Assalamu aleikum*”. Um simples café pode se transformar na mais nova reunião da Assembleia Geral da ONU. Nesse caso, o uso de expressões em certos idiomas é uma marca de identidade étnica que precisa ser respeitada pelos estrangeiros que visitam o país. Recordo o assombro de uma amiga de origem síria que destacava o fato de que os libaneses maronitas, para marcarem sua vinculação cultural com o Ocidente, falavam “pananá” ao se referirem à fruta “banana”, destacando a forma como muitas línguas ocidentais nomeiam esse produto. A troca da letra “b” pelo “p” reforça simbolicamente o vínculo dos maronitas com a cultura ocidental, já que a língua árabe não possui a letra “p” em seu alfabeto, e usá-la alceatoriamente é diferenciar-se do arabismo cultural vinculado aos muçulmanos, que simplesmente utilizam a palavra árabe “*manaz*” para se referirem à banana.

Isso não significa que o árabe tenha perdido sua força entre os cristãos libaneses. A língua franca do Líbano continua sendo a variável local do árabe, o que cria certa unidade cultural entre os distintos grupos confessionais do país. Seja cristão, muçulmano ou de qualquer origem histórica, você vai ouvir diariamente palavras como “*yala*” (vamos), “*shouf*” (olha) e “*khazaz*” (merda) de qualquer libanês. No final, parte do charme comunicativo dos libaneses está no fato de que todos tentam mostrar que são bilíngues ou trilingues, sem saber falar nenhum desses idiomas corretamente.

A vida de um libanês depende de duas figuras: sua mãe e o mukhtar

Durante o governo dos manelucos (ver capítulo “Turco é a mãe! As raízes do Líbano”) no Líbano, as aldeias eram administradas por uma pessoa de confiança dos cidadãos. Ao longo do tempo, essa posição evoluiu para a condição de “chefe da

aldeia” (xeque al-qaryah) e depois para mukhtar, título que é usado ainda hoje. O mukhtar é atualmente eleito por meio de um sufrágio universal direto pelos eleitores de cada bairro ou aldeia para um mandato de 6 anos, que corre paralelamente às eleições municipais. De acordo com a lei de 27 de novembro de 1947 (art. 22), o mukhtar dirige o conselho local e representa seu eleitorado em questões políticas a serem resolvidas e negociadas com as autoridades. Um libanês não tem acesso aos seus documentos pessoais sem a intermediação do mukhtar, seja ele cristão ou muçulmano. Os mukhtares eleitos desfrutam de vários poderes e cargos no que diz respeito a administração, segurança pública, registro civil, gestão da água, agricultura, saúde pública e questões artísticas. Eles também representam todas as esferas administrativas do Estado perante os cidadãos da aldeia/vila. Na realidade, os mukhtares só exercem uma pequena proporção dessas responsabilidades, legando certas práticas administrativas a autoridades centrais, como a do governador (muhafez), administrador de distrito (qá'imagan) ou dos municípios. Desse modo, o acesso dos libaneses a direitos civis básicos está condicionado à boa relação de sua família com o mukhtar de sua área.

Do ponto de vista cultural, outra autoridade incontestável que controla a vida de um cidadão libanês é a sua mãe, ainda que a lei libanesa de cidadania só garanta a nacionalidade aos que descendem de um ancestral libanês masculino. Muitas mulheres locais, no entanto, estão se manifestando e organizando movimentos que pretendem o fim dessa discriminação legal de gênero. Isso mostra como as autoridades libanesas subestimam o poder dessas senhoras incríveis que defendem seu papel na sociedade com força e legitimidade. Entretanto, quem realmente sabe quais as consequências de se contrariar uma “mama” são os seus filhos. Não se trata aqui de reproduzir caricaturas sobre essas figuras encantadoras, mas não há dúvidas de que, se elas assumissem o controle do país, o Líbano destruiria os exércitos norte-americano, russo e chinês juntos com três armas fatais: comida, choro e opiniões fortes. Esses atributos são facilmente encontrados em outras mães clássicas, como as italianas e as judias, mas somente a libanesa pode transformar um quibe em uma granada de mão, uma chuva em um ataque de gás mostarda, ou a namorada do seu filho em uma agente do serviço secreto israelense.

○ calendário libanês é dividido pelas siglas a.C. e d.C. (antes do Casamento e depois do Casamento)

Tente viajar para o Líbano no verão sem ser engolido pelo tema do casamento. Um congestionamento causado por uma comitiva de noivos e convidados, um

convite inesperado para as bodas de alguém que você nem conhece, ou mesmo a exposição às constantes perguntas das senhoras mais velhas da família: “veio para o Líbano para casar?” ou “está procurando uma noiva?” são inevitáveis aos que visitam o país. Seja de qualquer grupo confessional, mas principalmente entre os muçulmanos, o verão é a temporada de caça ao par perfeito. Essa é uma das tradições mais resistentes no Líbano moderno, principalmente ao se considerar que o país não possui regras formais para o casamento civil (ver capítulo “Olha o quibe! Problemas atuais e desafios”), o que faz com que o casamento intracomunitário envolva não apenas a felicidade dos noivos, mas a segurança social das famílias.

As normas tradicionais de casamento são baseadas em princípios de linhagem, favorecendo, além da união intracomunitária, os matrimônios entre primos ou parentes próximos. Em uma sociedade extremamente conservadora como a libanesa, esse tipo de casamento garante certa segurança às mulheres por condicioná-las a viver entre pessoas com as quais elas foram criadas, além de manter a herança das propriedades na mesma família pelas gerações futuras.

As regras gerais de casamento são determinadas pela origem confessional dos noivos, já que no Líbano cada comunidade confessional aplica suas próprias normas legais aos seus adeptos. Nesse caso, para quem não está acostumado com os múltiplos padrões de um Estado pluriconfessional como o Líbano, parece curioso que certas regras sejam reconhecidas e legalmente aceitas em determinados grupos dentro do país, e ao mesmo tempo sejam proibidas em outros. Esse é o caso da poligamia, que pode ser tolerada entre muçulmanos, mas é considerada ilegal entre cristãos.

Poranto, o casamento tradicional no Líbano é mais um ritual de passagem da infância social para a vida adulta do que a expressão romantizada do amor. O indivíduo que se casa, seja ele homem ou mulher, renasce socialmente por meio de um cerimonial complexo que envolve demonstrações públicas de prosperidade econômica e social como festas sumtuosas, perspectiva rápida de ter filhos e *status* comunitário. É por essa razão que todos são convidados aos casamentos libaneses, já que é preciso um grande número de pessoas para testemunhar o êxito de um projeto que não pertence somente aos noivos.

Porém, os casamentos fora do padrão tradicional vêm crescendo nas grandes cidades libanesas. Muitos jovens se recusam a reproduzir os valores antigos considerados incompatíveis com as demandas individuais dos cidadãos modernos. De todo modo, independentemente da visão conservadora ou libertária dos jovens libaneses, o casamento segue como uma espécie de obsessão nacional.

A família libanesa: se murar vira hospício....
se cobrir com lona vira circo!

Antes do umbigo, o centro de sustentação de um libanês é a sua família. Não se trata apenas de pai, mãe e irmãos (o que já daria um número significativo de pessoas), mas de todas as 150 criaturas que vão lhe esperar no aeroporto com carrazes, flores e potes de plásticos com porções de comida libanesa de que você mais gosta. O mundo inteiro se divide em dois tipos de pessoas, os parentes e os amigos da família, e toda a vez que você chega em casa, seus pais lhe apresentam um familiar desconhecido que resolveu fazer uma visita depois de 25 anos.

Essa gente louca, desprovida de superpelo quando reunida, é responsável pelos melhores momentos e pelas mais constrangedoras situações vividas por um libanês. Além dos pais e irmãos, os personagens que compõem essa máfia picaresca são: o tio que ensina os palavrões mais grosseiros; a tia hiperbólica que ri como um rinoceronte histórico; a avó que sempre distribui para os netos uma nota de dinheiro de valor mais baixo e diz para não gastarem tudo de uma só vez; o avô que vai dar a primeira bicicleta ao neto que ainda não aprendeu a andar; e a coleção de primos que equivale à população de um cidade de médio porte.

Casamentos, funerais e celebrações religiosas são os momentos ideais para que brigas e reconciliações aconteçam no melhor estilo *Game of Thrones*, o que reforça a impressão de que apenas uma linha tênue separa o amor e o ódio entre parentes libaneses. Para ilustrar essa maneira tão polarizada de construir relações sociais entre os libaneses, quero compartilhar um dos melhores relatos da minha família (ainda que alguns parentes me matem no próximo encontro social por revelar essa história). Certo dia, minhas tias-avós descobriram que uma delas estava sendo traída pelo marido. Três delas se reuniram de madrugada e saíram pelas ruas de Guatatinguetá em busca da amante. Sem que nenhum dos homens do clã percebesse, roubaram a Kombi que servia à loja de tecidos da família e foram à caça da concubina. Como se tratava de uma moça de “hábitos noturnos”, cercaram-na em uma vielha escura da cidade, e enquanto duas das irmãs seguravam-na, a terceira levantou-lhe o vestido, abaixou-lhe a roupa íntima e passou pimenta na vagina da amante.

Pode ser que essa peripécia nunca tenha acontecido de fato, mas segue reprodutível e deliciosamente no imaginário da minha família até hoje porque, conhecendo bem as figuras “vingadoras”, o relato é mais do que crível. Anos depois, essas senhoras libanesas, que foram capazes de participar ativamente de um ato tão extremo de lealdade à honra de um parente, envolveram-se em uma disputa por herança que dividiu toda aquela geração da família, e algumas dessas personagens da história nunca mais voltaram a se falar.

O humor libanês: a resposta para todos os males

O humor libanês é algo que se faz presente no cotidiano dessa população de diferentes formas. A análise dos problemas que invadem a vida dos libaneses e o cotidiano do Líbano por meio da sátira é um modo característico de se responder aos dilemas políticos, sociais, econômicos e religiosos que afligem o país. Não significa que todo libanês é uma espécie de bonachão e que o bom humor é uma marca inerente aos cidadãos do Líbano, mas, sabendo dos transtornos constantes que marcam a história libanesa, chama a atenção o fato de que nada nem ninguém escapam à forma ácida e debochada com que os habitantes do Líbano olham para o mundo e para si mesmos. Por isso, ao interagir nas ruas do país com nativos, em algum momento o estrangeiro terá contato com um repertório de piadas e de comentários sarcásticos que suavizam os problemas locais ou tornam a vida algo mais leve.

Os alvos prediletos do humor libanês são sempre aqueles considerados seus algozes, sejam eles os sírios, os chamados *khalejis* (árabes oriundos dos países do Golfo Pérsico) ou os israelenses, além de personagens próprios do universo cultural libanês, como políticos, religiosos e autoridades variadas. Além disso, a incidência de piadas ácidas pode ser uma norma ou obrigação social em espaços de interação como encontros informais para uma xícara de café, em *sabrats* (noites de confraternização), em restaurantes e bares, ou nas conversas em torno de um *arguile*. O costume de rir da vida é uma velha tradição levada a sério em contos tradicionais, nas falas de contadores de histórias (*hakawatis*) e mesmo nas celebrações civis e religiosas.

As mídias também não escapam ao estilo bem-humorado dos libaneses. Para se ter uma ideia, o programa de TV há mais tempo em exibição contínua no país é o *Basmat Watan*, uma espécie de *sitcom* com forte teor crítico, e que não poupa nenhuma figura pública do cenário político libanês. No ar desde 1995, o nome do programa já chama a atenção do público por ser um tipo de “duplo sentido” em árabe libanês, já que *Basmat Watan* pode significar algo como “tiso da nação” ou “morre da nação”, o que por si só é uma boa representação da situação política do país. A mídia de humor é uma velha tradição no Líbano, que remonta às primeiras publicações editoriais locais, como a revista cômica *Baladna Himariat* (Os burros da nossa terra), de 1910.

Podem-se dar inúmeros exemplos de piadas e afirmações satíricas que povoam as ruas do Líbano, mas, ao invés de simplesmente reproduzi-las, há que se experimentar a picaresca libanesa ao vivo, pois, não se engane: seja em seu próprio país ou na diáspora, os libaneses e seus descendentes farão troças de si mesmo, de seus inimigos e principalmente de seus convidados. Aproveite!

No Líbano, tudo é político

Quem vê os libaneses exibindo suas roupas caras, automóveis e relógios pelas ruas das cidades pode imaginar que, especialmente a juventude local, são aliados politicamente. Mesmo que um cidadão libanês se esforçasse para não se relacionar com alguma forma de política, essa tarefa seria um fracasso, já que no Líbano ações banais como escolher o cantor ou a cantora preferidos, acompanhar a liga de basquete nacional ou ver televisão são marcadas por um entendimento peculiar sobre o que é a política. Nesse caso, esqueçam Maquiavel, Hobbes, Marx, Weber ou qualquer formulador de uma teoria clássica sobre a arte de governar. No Líbano, a política é algo tão sério que é perigoso demais deixá-la apenas nas mãos de presidentes, primeiros-ministros e parlamentares.

Por considerar que a democracia é a escolha de um líder político por sufrágio universal, melhor que confiar tal tarefa apenas ao confuso sistema eleitoral do país, coube aos libaneses a brilhante ideia de criar um *reality show* na TV para escolher o melhor político independente entre 15 candidatos ao cargo de deputado, pretensamente desconhecidos. Trata-se do programa *al-Zaim* (o líder), da rede de televisão libanesa al-Jadeed, que ao final prometeia ao vencedor escolhido pelo público o financiamento de sua campanha.

Essa mistura de política e cultura pop contou com a participação de figuras públicas proeminentes do país, como o então presidente da República Michel Sleiman, ao mesmo tempo que o público acompanhava as gincanas que exigiam dos participantes tomadas de decisões sobre temas polêmicos e bom desempenho em debates. A grande final do programa foi disputada entre dois candidatos bem distintos: Maya Terro, uma jovem libanesa de 27 anos que se destacava como uma voz crítica ao sectarismo da velha política do Líbano, e Nicolas Harouni, um candidato mais próximo do eleitorado tradicional por relacionar sua trajetória política à Guerra Civil que marcou o país até 1990. Ao final, venceu Maya Terro.

É claro que o caso do programa *al-Zaim* deve ser tomado como um exemplo caricato do modo singular de se fazer política no Líbano. Em um país em que a maioria dos canais de televisão está ligada a partidos políticos, o público dos artistas é determinado por questões sectárias e a política se faz muito mais no cotidiano de cada cidadão do que na crença no projeto de um partido, não há problema algum no fato de que a forma independente de se fazer política seja por meio de um *reality show* que combina com as camisas de marca e os relógios de pulso de quem sabe que ser "político" é ser popular e chique.

Afinal, o Líbano e os libaneses são...

Em linhas gerais, o Líbano é um país formado por pessoas tradicionalmente vistas como amáveis e hospitalares, acostumadas a viver intensamente. Seu grande número de restaurantes, bares e casas noturnas revela o estilo de um povo que não se deixa abater pela instabilidade que constantemente assola o país. As consequências dessa combinação inusitada entre costumes tradicionais e vida moderna fazem com que, de forma distinta de outras nações do Oriente Médio, o Líbano seja um território seguro para pessoas que não se incomodam com opiniões diferentes. Às vezes, essas posições distintas se chocam, como em qualquer sociedade civil no mundo, mas, mesmo que a guerra ou qualquer expressão da intolerância humana se espalhe pelo país, chega o tempo de se deixar as divergências de lado e de se construir um caminho sólido para o diálogo.

As próximas páginas deste livro serão compostas pela descrição de fatos e situações que, além de serem expressões dos momentos de choque das diferentes posições dos libaneses sobre o mundo e si mesmos, são também testemunhas dos esforços de paz promovidos por um povo que simplesmente passa pela vida driblando todo tipo de adversidade. Os libaneses não são heróis nem vilões do mundo e de seu próprio destino, mas, sim, os mais doces personagens de uma história da humanidade que não esconde o melhor e o pior de todos nós.

A partir de agora, logo após este primeiro capítulo introdutório, a leitura levará a todos a três momentos distintos da história libanesa: da Antiguidade fenícia à Idade Média dos cruzados (próximo capítulo); do fim do Império Bizantino à chegada dos franceses no início do século XX (capítulo "Turco é a mãe! As raízes do Líbano"); da independência ao século XXI ("Champagne em barril de cedro: o Líbano contemporâneo"). Em seguida, os enigmas da geografia do Líbano mostrarão que o "país dos cedros" possui uma complexa estrutura natural que vem se transformando em um grande desafio político (capítulo: "A geografia da algarazarrá"). As práticas rotineiras de sociabilidade serão discutidas, com destaque para a gastronomia, o consumo específico do tabaco e a linguagem interdita local (capítulo: "Comer, fumar, xingar: a cultura libanesa"). Os problemas atuais que envolvem o cotidiano dos libaneses serão discutidos na sequência, com ênfase nas questões internas, entre Estrado e sociedade civil, bem como na relação com os países vizinhos (capítulo: "Olha o qubel! Problemas atuais e desafios"). Após esse panorama, o espinhoso tema das populações fragilizadas no Líbano será apresentado, destacando as questões ligadas aos jovens, às mulheres libanesas e ao grande contingente de

refugiados, principalmente palestinos e sírios no país (capítulo “Ser ou não ser libanês, eis a questão da população vulnerável”). Para além das questões políticas, o Líbano também será aqui apresentado pelo seu legado cultural, a partir das notáveis contribuições de seu cinema, sua música e sua literatura (capítulo “Aquarela libanesa: as artes no Líbano”). E, por fim, como libaneses e brasileiros estão intimamente relacionados não apenas pela experiência da diáspora, mas pela integração e pelos dissabores do fluxo cultural que conecta ambos os países até hoje (capítulo “Líbano e Brasil: a lógica da esfiha de frango”).

A viagem para o lado mais apaixonante do Oriente Médio começa agora...

Abian wa Sahlan... (Sejam bem-vindos).



QUEM PRECISA DE ASTERIX? O LÍBANO HISTÓRICO

FENÍCIA: O COMÉRCIO COMO HERANÇA CULTURAL

A história do Líbano tem sido contada por diversos estudiosos, jornalistas, poetas e até mesmo por artistas, cada um com sua visão, mas todos impressionados com a densidade dos problemas políticos e conflitos étnicos que podem caber em um dos menores países do mundo. O mais curioso dessas versões é que elas comem, quase sempre, nos primórdios da humanidade, ao destacarem que o “Líbano histórico” é o berço de inúmeras civilizações. Há certo exagero de alguns desses autores, e até mesmo de muitos libaneses que conheço, em encontrar o Líbano em tudo o que veem. Isso não é uma apologia cega à grandiosidade da nação libanesa, mas, sim, um sentimento de amor profundo pela terra em que nasceram, ou pela terra de seus ancestrais. Quanto mais apaixonada é a narrativa sobre a “terrinha”, mais remota é a origem desse povo nos relatos de seus amados filhos.

Entretanto, é verdade que a História do Líbano não pode começar pela imagem que se construiu do Líbano atual, que nas páginas dos cadernos de política internacional dos grandes jornais brasileiros se compõe por meio de um vocabulário formado por palavras estranhas ao cotidiano do público brasileiro como “Hezbollah”, “Guerra Civil” e “sectarismo”. O passado libanês é o patrimônio maior do seu povo, e já que muitos deles reivindicam para si certo encantamento pelos fenícios, que habitaram as terras libanesas na Antiguidade, cabe aqui respeitar essa escolha feita mais com o coração do que com a razão.

A primeira referência aos fenícios na cultura brasileira contemporânea está ligada a um conjunto de histórias em quadrinhos francesas de grande sucesso no mundo todo intitulado *Asterix*. Trata-se das aventuras de um simpático e astuto guerreiro gaulês que apresenta às crianças diversos povos e civilizações do mundo antigo a partir das heroicas missões de seu personagem principal. Ao lado de seu grande amigo, Obélix, e de muitos outros personagens, o gaulês Asterix luta contra o império dominador dos romanos e de seus aliados.

Ao longo das viagens de Asterix, especialmente em *Asterix Gladiador*, surge um personagem gorducho e atrapalhado apresentado como um mercador fenício. Na versão francesa original, seu nome é Epidemais (em português, Epidemicus), e esse personagem protagoniza uma das cenas mais interessantes da história. Dono de um navio mercante que circula pelo mundo antigo atrás de um bom negócio, Epidemicus explora os remadores em favor de seu benefício econômico, mas ardilosamente camufla sua escravidão chamando-a de “sociedade” e “parceria”. De modo jocoso, os roteiristas de *Asterix* transformaram a passagem do mercador fenício em uma crítica ao atual sistema capitalista. A escolha do personagem não poderia ser mais exíota. Os fenícios são reconhecidos como os fundadores de uma civilização antiga baseada no comércio marítimo e na formação de cidades-Estados que se desenvolveram por meio dessa atividade.

A história em quadradinhos *Asterix* é apenas uma representação artística que traduz a Antiguidade para um público amplo não familiarizado com o trabalho dos historiadores. Se franceses e leitores em geral de *Asterix* pelo mundo inteiro têm as aventuras do pequeno gaulês como a fábula preferida para conhecer a história do mundo antigo, os libaneses também podem construir seu próprio imaginário sobre o que são e o que foram.

Desse modo, se é em um passado remoto, quando se deve começar a descrição histórica das terras e dos povos que habitam o atual território do Líbano, quem melhor fazia esse papel não era Asterix, mas, sim, os personagens e símbolos mitológicos, desenhados, sobretudo, no período da História Antiga e dos primórdios das civilizações. Por isso, o começo da história do Líbano e dos libaneses pode ser contado por meio de uma famosa narrativa mitológica de amor. Como um saboroso folclore repleto de tensões com paixões proibidas, crimes, luxúria e segredos, as raízes míticas da terra que hoje abriga o Líbano podem ser localizadas no chamado “rapto de Europa”.

De acordo com a mitologia grega, havia um reino da Fenícia (atual litoral libanês) chamado Tiro (conhecido hoje em dia como Sur) que era governado pelo rei Agenor. Além de sua esposa, Teléssa, a família do rei fenício contava com seus quatro filhos: Cadmo, Fênix, Clix, além da jovem e bela Europa. Ao colocar os olhos sobre Europa, Zeus, considerado o pai de todos os deuses e dos homens, apaixonou-se por ela, ignorando os sentimentos de Hera, sua esposa ciumenta. O desejo de possuir Europa era tão forte que Zeus decidiu preparar uma armadilha para raptar a jovem. Um belo dia, quando Europa confraternizava com suas amigas em uma praia da Fenícia perto de um rebanho de touros, Zeus desceu do céu como uma nuvem e se transformou em um touro branco, misturando-se aos demais. Fascinada com a beleza e o vigor do animal, Europa aproximou-se e começou a brincar com ele, enquanto suas amigas afastaram-se em direção ao mar para se refrescarem. Nesse momento, Europa decidiu



O rapto da Europa, Peter Paul Rubens, c. 1628-9

Uma das raízes míticas da cultura ocidental está vinculada à história do rapto de Europa, filha do rei Agenor, por Zeus travestido de touro. O deus grego acabaria se casando com a princesa na ilha de Creta.

montar o touro para dar um passeio pelas areias da praia, e suas amigas, encantadas com a nova brincadeira de Europa, interromperam seu banho de mar para também passarem sobre o lombo do lindo touro branco.

Mas o receio de que sua amada saísse de perto de si fez com que Zeus, em forma de touro, fugisse com a jovem em direção ao mar. Europa, então, começou a gritar pedindo socorro, temendo que tanto ela quanto o animal morressem afogados. O touro, com uma agilidade sobrenatural, cruzou as ondas do mar e afastou-se com rapidez da costa da Fenícia, carregando Europa. Mesmo tendo clamado pela proteção de Netuno, o deus dos mares, a princesa fenícia continuou sob o domínio total do touro que, com destreza cada vez maior, avançava pelo mar Mediterrâneo, afastando-se da costa fenícia. Ao constatar o pânico que tomava conta de Europa,

Zeus, ainda sob a forma de touro, decide acalmá-la, conversando com a jovem e explicando suas intenções de se casar com ela na ilha de Creta. Então, ambos continuaram a viagem até que, ao chegar às areias de uma praia cretense, o touro transformou-se novamente em Zeus e conduziu Europa para o interior da ilha, onde a união foi definitivamente consumada.

Depois do sequestro de sua bela filha, o rei fenício Agenor enviou seus três outros filhos à procura de Europa, mas nenhum deles conseguiu trazê-la de volta. Entretanto, cada irmão tratou de expandir a influência do reino fenício ao estabelecer novas cidades pelos caminhos percorridos. Cadmo, por exemplo, viajou para a Trácia e posteriormente fundou a cidade de Tebas. Já Fenix teria sido o fundador de outros reinos na própria Fenícia e, por fim, Clíx se estabeleceu na Cilícia, mais precisamente na costa sul da Ásia Menor.

O mito de Europa é um modo curioso de se explicar a diáspora dos fenícios ao longo do mar Mediterrâneo na Antiguidade. Os fenícios, entendidos aqui como os habitantes antigos das terras que atualmente pertencem ao Líbano, formaram uma civilização composta por diversas cidades-Estados independentes naquela época. De início, eles se desenvolveram em torno da costa leste do Mediterrâneo, principalmente nas áreas dos atuais Líbano, Síria e Israel. Essa condição geográfica das cidades fenícias permitiu o crescimento de suas fronteiras pela junção de duas atividades cotidianas fundamentais para esse povo: a navegação e o comércio.

As cidades-Estados da Fenícia começaram a se organizar por volta de 3000 a.C., e em seguida transformaram-se em um dos principais polos comerciais do mundo antigo. Entre as cidades fenícias economicamente mais prósperas estavam Tiro e Sidon, ambas notórias por atividades especializadas como a fabricação de vidro, de embarcações, o transporte de mercadorias de outras regiões — entre elas, o ébano do Sudão e o cobre do Chipre — e, principalmente, a produção de corantes para tecidos. A venda desses corantes era tão difundida entre os fenícios que os demais povos que se beneficiavam da comercialização desse produto identificaram os habitantes da Fenícia a partir dessa atividade. Não há consenso sobre essa questão entre os historiadores, mas muitos acreditam que o nome “Fenícia” vem do grego *phoenikis*, que pode ser traduzido por “púrpura”. Isso porque o corante púrpura usado em tecidos na Antiguidade era um produto dominado e comercializado pelos habitantes dessa região, que retiravam a famosa tintura “púrpura de Tiro” por meio de técnicas artesanais de produção da tinta conseguida a partir da decomposição de caramujos marinhos. O comércio, portanto, foi o primeiro legado civilizacional dos povos que habitavam as terras libanesas na Antiguidade; como consequência dessa prática, os fenícios produziram outras

importantes ferramentas culturais que influenciaram a humanidade até hoje. Em linhas gerais, este texto não pretende apresentar uma narrativa heroica, gloriosa e ufanista dos libaneses na história, mas, sim, destacar como ao longo do tempo essa pequena parte do mundo deixou marcas importantes para todos, além da estífa, do quibe e das festinhas animadas de Gemmayzeh.¹

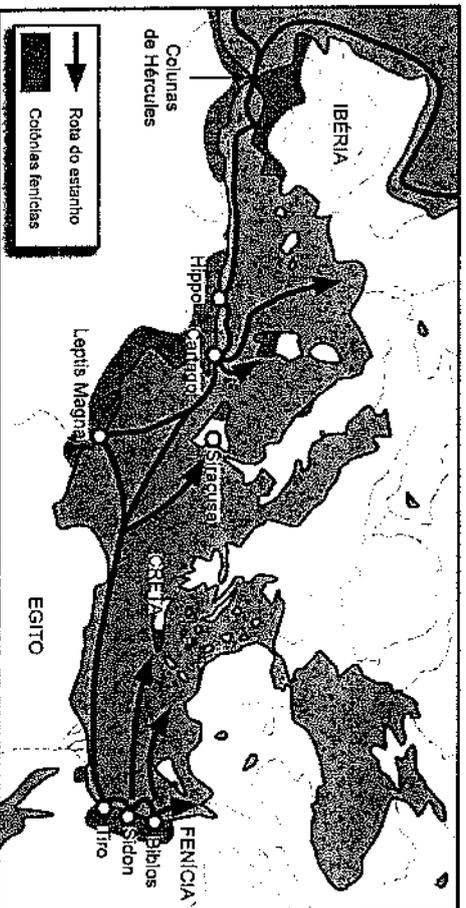
Ao lado do comércio, surgem também na região da cidade-Estado de Biblos os primeiros documentos escritos com representações alfabéticas. Alguns autores chegam a citar esses registros grafados, tais como a escrita do ceramista Abdo, entre os séculos XVIII e XVII a.C.; a inscrição do rei de Biblos Schaftebaal, do século XVI a.C.; a espátula de Asdrúbal, datada entre os séculos XV e XIV a.C.; além de outros vestígios arqueológicos. Do ponto de vista histórico, outras formas de escrita já tinham sido utilizadas pelos povos da Antiguidade, como os hieroglíficos egípcios e a escrita cuneiforme mesopotâmica. Entretanto, essas formas de grafia eram difíceis de ser popularizadas à época porque compunham-se de desenhos ou pictogramas cuja interpretação era monopolizada por membros específicos da sociedade antiga como os escribas. A grande contribuição do alfabeto fenício foi criar uma representação simbólica dos sons de cada consoante, alterando a lógica de produção do conhecimento e popularizando o domínio sobre a comunicação escrita.

O alfabeto fenício de Biblos era composto originalmente de 22 símbolos fonéticos e permitiu que os homens pudessem desenvolver uma nova forma de pensamento baseado em procedimentos de materialização de noções abstratas, como os sons de cada fonema. Esse novo horizonte cognitivo conferiu maior dinamismo às práticas comerciais e marítimas que já transformavam os fenícios em exímios povoadores do mundo mediterrâneo. Se gregos são reconhecidos pelo seu legado intelectual e filosófico como difusores das bases culturais do Ocidente e aos romanos é imputada a expansão civilizacional pela força de seu exército, os fenícios antecederam todas essas heranças históricas por meio da comunhão entre expansão marítima, formação de colônias no Mediterrâneo e a invenção dessa forma importantíssima de comunicação da humanidade.

Existem relatos de autores da Antiguidade que asseguram a chegada dos fenícios em outros mares além do Mediterrâneo, como o oceano Atlântico e o Índico. O principal deles, o historiador grego Heródoto, sugere inclusive que os fenícios teriam circum-navegado o continente africano dentro das possibilidades técnicas náuticas daquele período. Independentemente das comprovações históricas e da veracidade dessas afirmações, o conjunto de cidades erguidas pelos fenícios em diversos continentes é impressionante. Ao se dividir essas colônias por regiões, o panorama da expansão fenícia fica mais evidente:

Argélia	Hipza
Chipe	Kiagh
Espanha	Algera, Almuñécar, Barcelona, Barta, Cádiz, Cartagena, Huelva, Juba, La Portena, Lebrija, Lixus, Málaga, Sari Roque, Tarragona, Tiyannur
Frância	Marselha
Israel/Palestina	Acre, Ashkelon
Líbia	Capitani, Geryusa, Lixus, Moya, Nora, Oliba, Palermo, Soluntum, Suweis, Tartus
Elbano	Amia, Ampia, Arqet, Baalbek, Beirut, Biblos, Betrus, Sarepta, Sidon, Sur, Tripoli
Líbia	Lepis Magna, Oia, Sabaudia
Malta	Bumalut, Mdina, Rabat
Marrócos	Lixus, Mogador, Tanger
Síria	Arvad, Larchin, Ugarit
Tunísia	Carthago, Hadrumetum, Hippo, Diarthyus, Kerkouane, Lepis Parva, Thapsus, Utica, Zama Regia
Tânquia	Finik, Karatepe, Mytilandus, Sam'al

A expansão das colônias fenícias pelo Mediterrâneo foi tão espantosa que ali-
mentou no mundo contemporâneo a crença de que o desenvolvimento náutico dos
fenícios teria permitido a chegada de alguns de seus navios às Américas, reforçando
e aprofundando a hipótese “herodotiana” de que o Atlântico fora explorado pelos
viajantes da Antiguidade. De acordo com alguns defensores dessa teoria, os fenícios
e até mesmo outros povos dessa mesma época teriam desembarcado na costa ame-
ricana, estabelecendo contato com os povos nativos do período pré-colombiano.



Atuação fenícia na região do mar Mediterrâneo.

Muitos historiadores passaram a buscar comprovações arqueológicas dessa
teoria nos últimos 150 anos, e os fenícios são o povo antigo mais arrelado a essas
especulações. No Brasil, por exemplo, construíram-se pelo menos duas conjecturas
sobre a vinda dos fenícios a partir de supostos vestígios arqueológicos. A primeira
delas é uma inscrição supostamente fenícia encontrada na Pedra da Gávea, no Rio
de Janeiro. De acordo com o padre Emílio Eddé, a publicação “Relatório sobre a
inscrição da Gavia”, presente no volume 1 da *Revista do Instituto Histórico e Geo-
gráfico do Brasil*, de 1839, foi o primeiro relato a dar notoriedade a uma inscrição
fenícia em um dos morros do litoral carioca. Alguns pesquisadores apresentaram
traduções dessa inscrição argumentando ter conseguido decifrar o alfabeto fenício
contido na referida mensagem. Alguns chegaram a afirmar que a Pedra da Gávea
apresenta menção a Badesir, filho primogênito do rei fenício Jethabaal, mas, como
teria sido o único vestígio da passagem de povos da Antiguidade pelo Brasil, a Pe-
dra da Gávea não convenceu a comunidade científica quanto à sua autenticidade.

Outra controversa tentativa de comprovação arqueológica da viagem fenícia
à América foi a inscrição supostamente encontrada na Paratiba por volta de 1870. A
“descoberta” desse registro foi comunicada ao Instituto Histórico e Geográfico do



Carlos Perez Coulo (CC BY-SA 3.0)

No século XIX, pesquisadores afirmaram que haveria inscrições
do alfabeto fenício na Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro. Isso
significaria que aquele povo teria vindo às Américas muito antes
de Colombo. Essa tese nunca foi comprovada.

Brasil, que prontamente encaminhou uma cópia da inscrição ao Museu Nacional. Após a análise positiva do diretor desse museu à época, Ladislau de Souza Mello Netto, houve certa empolgação sobre o que poderia ser um dos achados arqueológicos mais impressionantes daquele momento. Porém, rapidamente foi revelado que, apesar dos pareceres favoráveis, a inscrição fênícia da Paralba era apenas uma brincadeira de péssimo gosto. A ideia de se comprovar a chegada dos fênícios às terras americanas era uma maneira de inserir o Brasil no legado cultural do Ocidente, ao lado de Grécia, Roma e de toda a Europa Ocidental considerada o berço e a glória da história da humanidade.

Como se não bastasse o rapto de Europa por Zeus, só faltava os fênícios terem mais uma de suas filhas sequestradas, agora por Tupã, e levada para algum lugar entre o litoral da Paraíba e a Barra da Tijuca!

UMA TERRA, MIL SENHORES: A REGIÃO DO LÍBANO ATÉ A IDADE MÉDIA

A guerra, que tanto marcou o alargamento das fronteiras dos impérios na Antiguidade, não foi a marca das cidades-Estados da Fenícia. Até a Idade Média, as principais cidades e colônias construídas pelos fênícios foram subjugadas por outros povos que se expandiram em direção ao Mediterrâneo. O domínio estrangeiro das terras sob influência fênícia não anulou o legado cultural e econômico da talassocracia² desenvolvida por cidades como Sidon, Tiro e Biblos, mas levou os reis e as elites governantes fênicias a negociarem condições de subalternidade em relação aos impérios conquistadores.

Um dos primeiros poderes político-militares a promoverem a dominação de centros urbanos fênícios foi o Império Assírio, que atuou entre os séculos X e VI a.C. Ainda que a Fenícia não tivesse grandes exércitos que permitissem a resistência às invasões dos impérios vizinhos em crescimento, suas cidades-Estados conseguiram conservar certo grau de autonomia por meio do pagamento de tributos ao império invasor. Pode-se dizer que a cobrança sistemática dessas taxas criou entre os fênícios a necessidade de se debnucarem ainda mais sobre a exploração marítima e comercial do Mediterrâneo, gerando mais riqueza para a manutenção de sua sociedade e da relação de subordinação negociada por meio dos pagamentos citados. Assim, ao contrário de outras regiões do Mediterrâneo oriental como a Judeia, que foi diretamente incorporada ao Império Assírio, as cidades-Estados da Fenícia se resguardavam da dominação direta comprando sua proteção com recursos do comércio marítimo.

Essa estratégia de subordinação negociada perdurou para além do fim do Império Assírio, quando o Império Babilônico,³ liderado pelos caldeus, derrubou o último rei da Assíria, Assurbanipal, no século VI a.C. Apesar de poderoso, o novo império possuía um

esplendor que coincide com o governo de Nabucodonosor, conhecido por transformar a Babilônia em um dos mais famosos centros culturais do Oriente Médio antigo às custas da dominação de outras civilizações, como a exploração econômica dos fênícios e a captura e escravização dos hebreus. Após o governo de Nabucodonosor, o Império Babilônico conheceu uma decadência paulatina até ser invadido e conquistado pelo Império Persa, sob a dinastia Aquemênida de Ciro II, no século V a.C.

A vinda dos persas para o Mediterrâneo oriental foi positiva para o desenvolvimento das atividades marítimas dos fênícios. O Império Persa soube construir melhores relações com os fênícios em troca de apoio para sua expansão em direção à Grécia, já que para isso os persas precisavam dos conhecimentos e da frota marítima desenvolvidos pelas cidades-Estados da Fenícia ao longo do tempo. Deste modo, Ciro II usufruiu da condição de ser uma espécie de libertador dos povos dominados pelos babilônios, e com isso aproximou-se das elites locais como nos casos dos nobres fênícios. Essa política de aproximação com os líderes de cada região permitiu que Ciro II ampliasse significativamente as fronteiras do Império Persa, conservando o legado cultural dos povos que eram incorporados ao seu projeto expansionista. Para as cidades-Estados da Fenícia, o jugo persa garantiu não apenas a sobrevivência de seu patrimônio cultural, mas também permitiu que as contribuições de sua civilização fossem levadas para outros rincões do Império Persa, espalhando a influência cultural dos fênícios no mundo antigo.

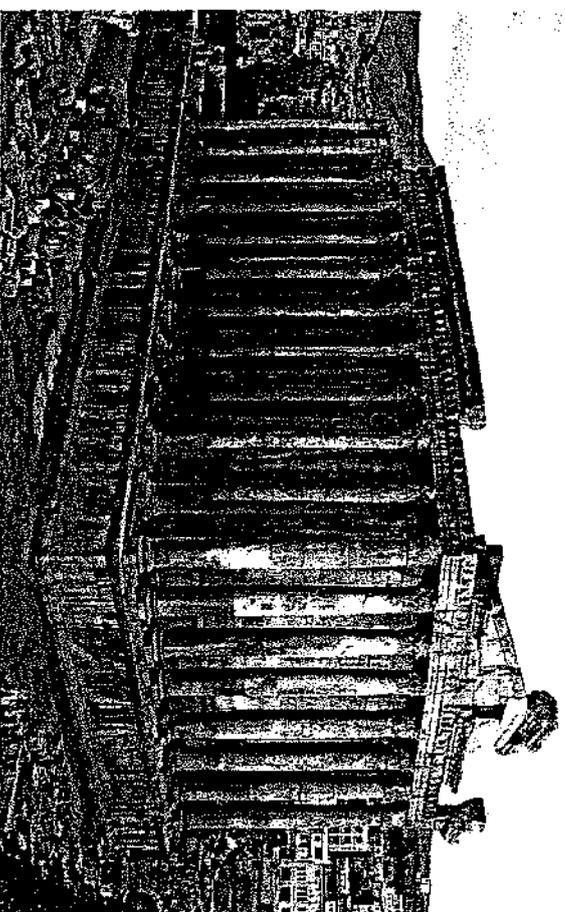
Entretanto, novas mudanças na geopolítica do Oriente Médio mostraram-se nocivas para a autonomia política dos territórios fênícios. Em pleno século III a.C., a ascensão de Alexandre III ao poder na Macedônia deu início a um processo de expansão desse império em direção às terras persas que favoreceu a conquista total dos fênícios pelos macedônios. A força do exército de Alexandre III é amplamente conhecida, e não por acaso seu império viveu o maior processo de expansão da Antiguidade. Ao se deparar com as cidades-Estados da Fenícia, cujo poder militar era mais significativo no mar do que na terra, Alexandre III resolveu investir em uma conquista militar direta. Rapidamente, os territórios fênícios foram cedendo à pressão macedônica até que Tiro dificultou um pouco os planos dos invasores. Ao contrário do que Alexandre III previa, Tiro conseguiu resistir por longos sete meses aos assédios do exército macedônio, transformando-se em um dos territórios mais difíceis de serem conquistados. O chamado "Cercos de Tiro", em 332 a.C., obrigou os macedônios a reunir um grande esforço de guerra, contando com tropas e embarcações vindas de terras recém-conquistadas como o Chipre e as próprias cidades-Estados fênicias já subjugadas. Para alguns historiadores, a conquista de Tiro foi o fim da primeira grande civilização surgida no Líbano histórico; para outros, foi só o começo.

O orgulho dos libaneses de sua história na Antiguidade recata, após a conquista de suas terras pelos grandes impérios dessa época, sobre o legado cultural de seu povo. Durante o comando macedônio, a cultura fenícia foi incorporada à grande herança do helenismo difundido ao longo de todo o império. O amálgama cultural construído pela junção entre os mitos, tradições e conhecimentos do dominador e dos dominados fez com que as velhas contribuições civilizacionais fenícias fossem difundidas largamente.

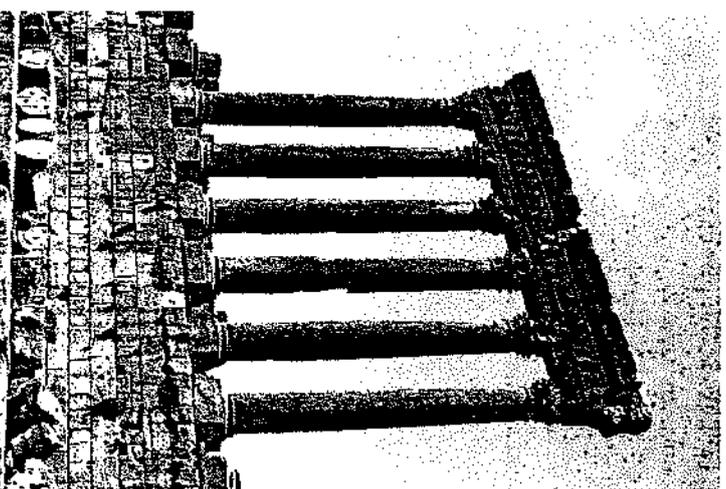
Com território e cultura autônomos, a Fenícia não voltou a existir após a chegada dos macedônios no Mediterrâneo oriental. O que sobrou como resultado expressivo da talassocracia fenícia foi a cidade-Estado de Carrago, que, ao longo do tempo, assumiu o importante papel comercial marítimo sustentado por Sidon, Tiro e Biblos em épocas anteriores. Ainda que os cartagineses fossem descendentes diretos dos fenícios e tivessem um papel importante na Antiguidade, jamais recuperaram os territórios fenícios do que hoje é a costa libanesa. Enquanto cartagineses criavam colônias entre o sul da Itália e o litoral da península ibérica, a região do Líbano atual foi anexada por sucessivos impérios, como o Egito Ptolomaico, o Império Selucidá⁴ e, a partir do século 1 a.C., o Império Romano.

As relações entre os romanos e o Líbano histórico foram marcadas por um longo processo de integração, nem sempre pacífico, entre as duas civilizações. Ao mesmo tempo que a República e o Império romanos esgueram seu predomínio sobre o Mediterrâneo por meio da aniquilação de Carrago, as terras libanesas foram incorporadas rapidamente a Roma, produzindo prosperidade material e cultural nas antigas cidades-Estrados dessa região. O caso mais emblemático é a construção da Escola de Direito Romano Clássico de Beirute, um projeto grandioso que visava reunir das antigas cidades fenícias de Tiro, Sidon e Biblos a liderança administrativa regional do império e confiá-las a um novo centro urbano. No interior desse projeto, Beirute foi escolhida para receber os arquivos dos decretos imperiais destinados às províncias orientais, e, por essa razão, Roma decidiu construir uma Escola de Direito nessa mesma cidade para formar a mão de obra jurídica necessária para a administração de um império tão vasto.

Não há uma data precisa para a criação da Escola de Direito de Beirute, mas sabe-se que sua notoriedade perdurou até a sua destruição, em 551 d.C., após um terremoto de proporções catastróficas para a cidade. De todo modo, a importância e a reputação que a Escola de Direito deu à Beirute está presente no orgulho nacional libanês até hoje. A bandeira de Beirute atualmente conta com um brasão oficial que em sua parte superior apresenta um livro aberto. A primeira página possui uma frase em latim e a segunda, em árabe, ambas significando “Beirute, a mãe das leis”.



Arian Zwingers (CC BY 2.0)



Guillaume Polle / CC-BY-3.0

As ruínas da cidade de Baalbek são um dos maiores sítios arqueológicos romanos abertos à visitação no Líbano. Acima, vê-se o Templo de Baco; à esquerda, detalhe do Templo de Júpiter.

A Escola de Direito de Beirute pode ser entendida como uma expressão da conexão histórica entre Roma e Fenícia. Outro símbolo dessa aproximação é o *statos* espiritual da cidade de Baalbek. Esse centro religioso antigo dedicado ao deus Baal, uma das divindades mais poderosas da mitologia fenícia, foi conquistado pelos romanos em 64 a.C. e foi consagrado a Júpiter, o pai de todos os deuses para Roma. Ao longo do tempo, outros templos foram construídos em Baalbek e dedicados a deuses romanos, como o Templo de Baco, durante o governo do imperador Antonino Pio, e o Templo de Vênus, sob o comando de Marco Aurélio Antonino, conhecido como Caracala.

As ruínas de Baalbek são reconhecidas atualmente como patrimônio mundial pela Unesco, pelo seu valor artístico e arquitetônico. Além disso, elas devem ser encaradas como um vestígio histórico importante da grandiosidade do Império Romano e do legado fenício para o Líbano e para o mundo. As construções desse complexo de santuários refletem dois séculos de esplendor da experiência civilizacional que faz das terras libanesas a testemunha mais contundente do prestígio cultural de diferentes povos, principalmente quando se vive o aniquilamento do passado pagão no Oriente Médio. Enquanto diversos lugares de memória são destruídos por grupos ativistas políticos e religiosos, como nos casos das imagens de Buda no Afeganistão, das peças arqueológicas habitônicas no Iraque e da língua aramaica na Síria, as ruínas de Baalbek resistem ao calor dos conflitos atuais que varrem resquícios das civilizações da Antiguidade.

A glória de Roma foi dando lugar a outros impérios ao longo do seu processo de decadência e cristianização, sendo subdividido em reinos autônomos com as invasões bárbaras no Ocidente a partir do século III d.C. O que restou de Roma na região do Oriente Médio foi se transformando no Império Bizantino, e o Líbano histórico ficou submetido ao modelo cultural do cristianismo ortodoxo até que, no século VII, uma nova civilização vinda da península arábica incorporou a costa do Mediterrâneo oriental a um novo império expansionista organizado pelos seguidores da mensagem religiosa daquele que passou a ser considerado o último profeta monoteísta: Muhammad (Maomé), fundador e propagador do islã e do Império Árabe subsequente.

A CHEGADA DOS ÁRABES E DOS CRUZADOS

O mundo do século V ao VII era marcado por uma ordem política determinada pela religião. A Europa Ocidental, fragmentada em diversos reinos bárbaros com o fim do Império Romano, mantinha relações intrínsecas com o cristianismo, que já havia chegado às instâncias de poder em Roma nos períodos finais desse império. O Império Bizantino, como herdeiro das províncias orientais dos romanos, também se manteve vinculado ao cristianismo e passou a ser a organização política mais

sólida entre os cristãos por muitos séculos. Os bizantinos conservavam o grego como língua burocrática, transformaram suas grandes cidades em centros culturais com mão de obra especializada e passaram a administrar um vasto território com comunidades cristãs que entendiam de modo distinto a figura de Cristo.

Enquanto formavam-se tendências religiosas variadas ao longo do mundo cristão oriental como os maronitas, coptas e armênios (entre outros), do ponto de vista geral, as diferenças teológicas entre os cristãos se concentravam no entendimento sobre a natureza divina e humana de Cristo. Em 431, com o Concílio de Éfeso, e em 451, com o Concílio de Calcedônia, houve a divisão da comunidade cristã em Igrejas distintas e autônomas. Em Éfeso, a discussão teológica que separou a comunidade cristã concentrou-se na condenação do nestorianismo, uma doutrina cristológica defendida pelo patriarca de Constantinopla, Nestório, que afirmava a separação entre as naturezas humana e divina de Jesus. A questão principal para o nestorianismo era a impossibilidade de atribuir à Virgem Maria o título de *Theotokos* (Mãe de Deus), já que essa condição negava a humanidade integral de Cristo. Em substituição, Nestório propunha o título de *Christotokos* (Mãe de Cristo) à Maria, por ela ser tão somente a mãe do Messias, e não de Deus. O nestorianismo, ao separar as faces divina e humana de Jesus, recebeu duras críticas de diversos líderes cristãos, entre eles Cirilo de Alexandria, que também por questões políticas (o enfraquecimento de um Patriarcado concorrente) empenhou-se em promover o cisma entre os nestorianos e seus opositores. No Concílio de Calcedônia, anos após a condenação de Nestório, outros defensores de visões cristológicas distintas da oficial, tais como Eutíques de Constantinopla e Dióscoro de Alexandria, também foram condenados. Entre os cristãos orientais atuais no Oriente Médio, as principais Igrejas historicamente atreladas ao monofisismo “não calcedoniano” são: a Igreja Apostólica Armênia, a Igreja Ortodoxa Copta, a Igreja Ortodoxa Etiópe e a Igreja Ortodoxa Síria. Já as principais Igrejas “calcedonianas” são: a Igreja Católica Armênia, a Igreja Católica Caldéia, a Igreja Greco-Melquita e a Igreja Maronita.

Ao mesmo tempo que essas divisões doutrinárias afetavam o mundo cristão, na fronteira leste do Império Bizantino, uma nova mensagem religiosa conseguiu em um curto espaço de tempo unir povos dispersos da península arábica em um império aguerrido e expansionista. As revelações recebidas pelo profeta Muhammad e a organização política que se formou a partir delas deu início ao Império Árabe-Islâmico que, mesmo após a morte de seu profeta, estendeu-se em direção ao Império Bizantino. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre as características da comunidade política islâmica do século VII. A questão central para a compreensão desse fenômeno religioso e militar é que já no ano da morte de Muhammad, 632

d.C., toda a península arábica estava submerida ao Império Árabe-Islâmico, e cerca de trinta anos depois, as terras islâmicas já se estendiam da Armênia ao Norte da África, aproveitando-se da fragilidade causada pelas divergências entre os cristãos e conquistando terras do Império Bizantino, como a região do Levante (parte significativa do Mediterrâneo oriental).

A conquista árabe do atual território libanês foi marcada por campanhas militares e revoltas locais divididas em pelo menos três fases. Na primeira, durante o domínio do califa Abu Bakr (632-634), as tropas árabe-islâmicas avançaram em direção a regiões circundantes do Líbano em três grupos militares chefiados pelo general Khalid ibn al-Walid, direcionados respectivamente para a Palestina, para Damasco e para o rio Jordão, onde ocorreu o maior confronto entre as tropas cristãs bizantinas e as forças islâmicas, na Batalha de Yarmuk (atual Jordânia), em agosto de 632.

A segunda fase de tentativas de avanço militar árabe-islâmico nessa região foi durante a dinastia Omíada (660-750), especificamente quando o governador árabe Muawiya negociou a permanência da população muçulmana em parte do Líbano atual com o imperador bizantino Constantino IV, após o fracasso das tentativas árabes de dominar Constantinopla e terras importantes da Anatólia (Ásia Menor, atual Turquia). Ao invés de investir exclusivamente em campanhas militares, Muawiya cedeu à resistência cristã bizantina e negociou sua permanência no território do Líbano histórico em troca do pagamento de tributos a Constantino IV.

A terceira fase se deu já na dinastia abássida do Império Árabe-Islâmico (750-1258), período em que o centro do Império foi transferido de Damasco para Bagdá e essa distância favoreceu o surgimento de uma série de revoltas cristãs contra os muçulmanos. Esses cristãos tiveram um papel fundamental no enfraquecimento da dinastia abássida, sendo posteriormente sucedida por outras dinastias islâmicas independentes, como os fatímidas (909-1171), os aibíidas (1171-1342) e os mamelucos (1250-1517).

O legado da presença árabe-islâmica no Líbano pode ser percebido até hoje. Além da difusão da língua árabe por todo o território do Levante, a chegada desse novo império islamizou a maioria da população local entre parte das atuais regiões do Líbano, da Síria, de Israel-Palestina, da Jordânia e do litoral africano, permitindo a sobrevivência de grupos minoritários judeus e cristãos ao longo desse território. É claro que nem sempre essa coexistência foi pacífica, mas até hoje a região atual do Líbano é marcada pela diversidade religiosa de seus habitantes. Não se pode negar que o domínio das dinastias árabes e islâmicas no Mediterrâneo oriental teve grande peso na formação da sociedade libanesa moderna, principalmente porque garantiu o refúgio de vários grupos étnicos e religiosos no futuro território libanês.



Penplus (CC BY-SA 3.0)

Construído sobre os vestígios de um antigo templo fenício, o castelo medieval de Sidon, o Castelo do Mar, é um dos cartões-postais mais destacados do Líbano. Foi utilizado como fortificação por distintos povos que ocuparam a cidade ao longo da história.



Penplus (CC BY-SA 3.0)



David German-Robin (CC BY-SA 3.0)

O Castelo de Beauport (foto à esquerda) remonta à chegada dos cruzados ao sul do Líbano no século XII. Por sua localização estratégica, chegou a ser controlado pelo exército israelense de 1982 até sua saída do país em 2000. Já no Castelo de Biblos, outra construção medieval de grande importância, pode-se ver vestígios de civilizações anteriores à chegada dos cruzados, como fenícios e romanos.

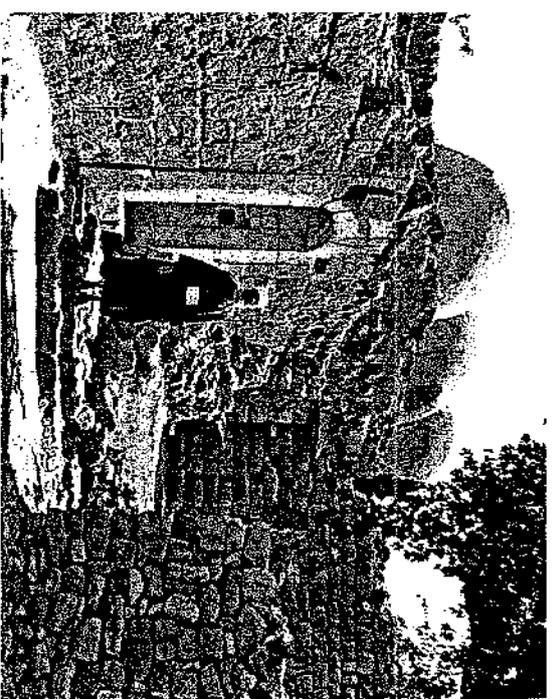
Os cristãos maronitas, melquitas e os drusos são bons exemplos desse fenômeno. Os maronitas foram levados da região do vale do rio Orontes, que nasce no Líbano atual e avança sobre o norte da Síria e sobre a Turquia, para o vale de Qadisha, nas montanhas libanesas. Já os melquitas foram a primeira Igreja cristã a adotar o árabe como língua litúrgica, e, quando expulsos pelos árabes da Síria, também encontraram refúgio no norte e no centro do atual território libanês. Por fim, os drusos, expulsos da região do Egito, instalaram-se no sul do Líbano, especialmente quando dois de seus líderes, Hânza e Darazi, recusaram-se a seguir as orientações do califa fatímida al-Hakim, que proclamou-se “encarnação de Deus na Terra” entre os séculos X e XI.

Para além de qualquer leitura fantasiosa do que foram as Cruzadas, essas campanhas militares alimentadas pelo papado e conduzidas por povos distintos da Europa Ocidental tinham o objetivo de reestabelecer o domínio cristão sobre a Terra Santa, mas acabaram construindo um legado cultural heterogêneo que influencia a identidade libanesa até hoje. Não se trata de considerar os cristãos libaneses atuais como descendentes de cruzados europeus “de olhos claros e coragem cavalleiresca”. Mas não há como negar que as Cruzadas fizeram do território libanês um espaço em que cristãos e muçulmanos estabeleceram relações históricas e patrimoniais que conferem sentido à própria identidade nacional libanesa forjada pelo encontro de culturas e civilizações.

Os vestígios da conexão híbrida entre muçulmanos e cristãos no Líbano medieval podem ser vistos nos principais castelos e ruínas dessa época, considerados parte fundamental do património histórico e cultural do Líbano contemporâneo. Um exemplo dessa perspectiva é o Castelo de Beaufort, localizado na região de Nabatieh, sul do Líbano, às margens do rio Litani. Durante o controle da região pelo rei cristão de Jerusalém, Fulque V de Anjou, os cruzados sob seu comando tomaram uma antiga fortificação ali existente e, em 1139, sobre suas bases começaram a construção do castelo. Em 1190, o líder islâmico Saladino assumiu o comando do lugar ainda no calor das disputas entre muçulmanos e cristãos pelo controle de Jerusalém. Em 1230, os cristãos voltam a dominar a região até perderem definitivamente o controle dessa área e do castelo para os mamelucos em 1268.

O valor histórico do Castelo de Beaufort não está apenas nas possíveis revelações que as camadas arqueológicas de suas ruínas podem fazer sobre seus antigos senhores, mas também porque ele pode ser visto como símbolo do Líbano e dos libaneses por sua importância estratégica e a consequente disputa pelo seu controle que avançou sobre o século XX e a Guerra Civil Libanesa (1975-1990). Durante esse conflito mais recente, o castelo foi utilizado por grupos pró-palestinos contra

Por séculos, os drusos realfirmam o valor cultural, social e político de sua comunidade no território libanês.



Library of Congress Prints and Photographs Division, 1920

a invasão militar israelense na chamada Operação Paz na Galileia. A localização geográfica privilegiada de um castelo que havia abrigado cruzados cristãos e tropas islâmicas no período medieval conferia aos militantes pró-palestinos uma visão geral da região do sul do Líbano e norte de Israel. No desenrolar da Guerra Civil em 1982, o enfrentamento entre militantes pró-palestinos e o exército israelense levou ao bombardeamento do castelo na chamada Batalha de Beaufort, destruindo parte da construção. As forças israelenses passaram a ter o controle sobre o castelo e interferiram na construção histórica para adaptá-la aos seus propósitos militares. Com tudo isso, como não considerar o Castelo de Beaufort uma representação histórica do hibridismo cultural e dos problemas geopolíticos que o Líbano vive até hoje?

Os castelos medievais do período das Cruzadas no Líbano são resenunhos de como a herança de duas ou mais culturas definem a história libanesa. Podem-se tomar como exemplo outros castelos medievais que representam a sobreposição de tradições culturais distintas. Um dos mais famosos vestígios históricos dos cruzados em solo libanês é o Castelo de Sidon construído pelos cruzados no século XIII em uma pequena ilha ligada ao continente, em local que abrigava anteriormente um templo em homenagem ao deus fenício Melqart. Foi tomado pelos mamelucos, e cada um dos diferentes senhores que dominaram a cidade de Sidon deixou sua marca na construção. Nas paredes externas do castelo, por exemplo, é possível ver a influência da arquitetura romana, e na torre leste nota-se duas fases de construção: a primeira feita pelos cruzados, e a segunda pelos mamelucos.

As Cruzadas reforçaram a presença dos cristãos no território libanês e fizeram dessa região uma espécie de encruzilhada do mundo. Não é de se estranhar que em um país tão pequeno fisicamente como o Líbano, mais de 10 castelos e construções medievais atestam como a alteridade e o hibridismo cultural são, ao mesmo tempo, o antídoto e o veneno históricos de uma identidade nacional fragmentada. Existem muitos outros castelos e vestígios arqueológicos medievais que comprovam a presença dessa simbiose cultural no Líbano. As cidades milenares de Biblos, Sidon, Tiro, Beirute, entre outras, transformam-se em múltiplos espaços de sociabilidade cultural com a interação entre povos distintos ao longo do tempo e a perspectiva de novas chegadas e enfiamentos não deixa de existir com o domínio islâmico sobre a região.

Todo cuidado é pouco... Os turcos estão chegando...

NOTAS

- 1 Gemmayzeh é uma rua de Beirute conhecida internacionalmente por sua vida noturna intensa e grande circulação de turistas. A imagem de Beirute como a capital boêmia do Oriente Médio é baseada fundamentalmente na agitação noturna das ruas Gemmayzeh e Hamra.
- 2 Tábassocracia é toda e qualquer organização política construída a partir de uma relação de integração com a atividade marítima. Costumavam ser governos que concentravam seus esforços expansionistas e colonizadores em litorais próximos, dependendo, portanto, de rotas marítimas para o seu desenvolvimento.
- 3 O momento em que os caldeus assumiram o controle do Império Babilônico é visto por parte dos historiadores como o período de formação do chamado Império Neobabilônico, entre 626 a.C. e 539 a. C. Ainda que essa seja uma época de grande importância para a Babilônia, ela foi precedida pelo Império Paleobabilônico, entre 1792 a.C. e 1595 a.C. antigo Império Macedônico, entre a Ásia Menor e o atual Afeganistão. É nesse momento que tem início o Império Selêucida.
- 4 Antigo Império Macedônico, entre a Ásia Menor e o Afeganistão.



TURCO É A MÃE! AS RAÍZES DO LÍBANO

VIDAS CRUZADAS

O destino das terras históricas do Líbano, disputadas por cristãos e muçulmanos durante o período das Cruzadas, manreve a necessidade de convivência entre essas duas culturas religiosas, porém, cada vez mais, com larga vantagem para os muçulmanos. No momento em que o atual território libanês e praticamente toda a região do Levante passaram a ser controlados politicamente por líderes muçulmanos, os cristãos e os judeus tiveram sua existência garantida pelo islã por meio de um princípio contratual chamado *dhimma*, que regulava as condições de permanência de não muçulmanos em seus sistemas legais e de culto nas terras em que prevalecia o Império Islâmico. A ideia era que sobretudo cristãos e judeus tivessem autorização para se livrarem da conversão ao islã desde que se submetessem ao pagamento de impostos especiais e se privassem de atacar o exército muçulmano. Essa prerrogativa garantiu a sobrevivência de minorias religiosas nos territórios islâmicos; há quem considere a *dhimma* uma forma de tolerância à diversidade, e outros analistas criticam os reais efeitos de submissão e diferenciação desse sistema.

Em linhas gerais, o islã se consolidou como religião hegemônica no Oriente Médio e avançou sobre terras até então controladas pelo Império Bizantino. No século XI, uma dinastia de origem turca, os seljúcidas, passou a controlar o Líbano histórico, avançando, desde a Ásia Central, em direção à Anatólia e à costa mediterrânea oriental. As terras do islã deixaram de ser dominadas por árabes muçulmanos e passaram por um processo de fragmentação política que fez emergir um conjunto de reinos autônomos, como os fatímidas, no Egito, os omíyadas, na península ibérica, almorávidas e almoadas, no Marrocos, e os próprios turcos, em um vasto território que se estendia da Ásia Central ao Mediterrâneo.

Os turcos seljúcidas, que até esse momento tinham participado do Império Islâmico como meros mercenários convertidos, começaram a comandar as terras à medida que migravam para o Ocidente, enfraquecendo paulatinamente o Império Islâmico unificado sob dinastias anteriores (como omíyadas e abássidas) e tornando as fronteiras

desse império cada vez mais porosas. Conforme os seljúcidas tomavam para si as terras muçulmanas e acercavam-se do Império Bizantino, o confronto entre esses dois grupos mostrou-se inevitável. O marco desse processo de conquista liderado pelos seljúcidas foi a Batalha de Manzikert, em 1071, quando o Império Bizantino teve uma de suas mais fragorosas derrotas militares. Apesar de ser uma vitória territorialmente distante do Líbano histórico, Manzikert é importante para o destino dos povos que habitavam as terras libanesas porque permitiu que os seljúcidas se aproximassem rapidamente da região do Levante, chegando a conquistar vastos territórios.

Esse cenário de fácil expansão deixou evidente a fragilidade da presença militar cristã na região, que contrastava com a força cultural de suas comunidades espalhadas por todo o Oriente Médio. No despertar do século XII, o Grande Império Seljúcida dominava a maior parte da região do Levante e da Ásia Menor, reduzindo os bizantinos a um pequeno território em torno de Constantinopla, e os cruzados vindos da Europa a reinos litotâneos, como o Condado de Edessa, o Principado de Antioquia, além do Reino de Jerusalém e do Condado de Trípoli, em que partes de suas terras correspondem às atuais fronteiras libanesas. Entretanto, por questões familiares, o Império Seljúcida foi retalhado em diversos pequenos sultanatos que se enfraqueceram no calor das disputas entre muçulmanos e cristãos pelo Levante. A sobrevivência dos seljúcidas ficou limitada ao chamado Sultanato de Rum, uma porção de terra equivalente à região da Anatólia que sobreviveu até o início do século XIV.

No interior da fragmentação de poder vivida pelos seljúcidas, o jogo político e militar entre cristãos e muçulmanos voltou a se incendiar quando as constantes provocações e assaltos entre ambos levaram à conquista definitiva de Jerusalém por Saladino (como visto no capítulo anterior) e ao controle da região do Levante e do Egito por uma nova dinastia, os aibidas, que se sobrepuseram aos fatímidas no Egito e se estenderam à região da Síria atual até seu enfraquecimento paulatino, entre os séculos XIII e XIV, sendo substituídos pelo Sultanato Mameluco.

A questão que se coloca aqui para a história libanesa não é a descrição exaustiva de batalhas, dinastias e troca de poderes em seu território, mas a riqueza cultural e os problemas identitários que essa experiência gerou no Líbano moderno. Em um raio de menos de 90 km entre Damasco e Beirute, qualquer pessoa pode conhecer a cidade medieval do cruzado Raimundo IV, o mausoléu de Saladino, o santuário onde supostamente se encontra a cabeça de João Batista e o castelo do rei francês Luís IX, canonizado em 1297.

O clima de permanente instabilidade política nas terras islâmicas desse período somente começou a mudar quando um novo grupo de origem turca passou a ganhar importância política e militar no Oriente Médio: os otomanos. Esse antigo grupo,



Retrato do sultão otomano Maomé II, o Conquistador, Gentile Bellini, 1480

Mehmed II, o Conquistador, ficou conhecido como o sultão responsável pela captura de Constantinopla em 1453. Para alguns historiadores, a tomada da capital bizantina pelos turcos marca o fim da Idade Média.

aliado e submerido aos seljúcidas, sobretudo contra os bizantinos, foi ocupando espaços de poder deixados pelo processo de enfraquecimento de seus senhores na Anatólia. A primeira onda de expansão dos otomanos se deu justamente em direção aos territórios bizantinos, em especial na Anatólia Ocidental e nos Bálcãs. Já em meados do século XV, os otomanos realizaram aquilo que até então parecia impossível: conquistaram a cidade milenar de Constantinopla, capital do Império Bizantino, tornando-se a maior força militar da Ásia Menor.

A decadência da civilização bizantina tinha levado Constantinopla a seu pior momento, sacrificando seu esplendor para manter os aparatos militares necessários para defender-se de ataques estrangeiros por séculos. Ao perceberem o potencial cultural e simbólico de Constantinopla, os otomanos revitalizaram a importância da cidade, transformando-a em capital de seu império em formação. Sob o domínio de seu conquistador, o sultão Mehmed II, a cidade começou a se islamizar, mas sem se opor abruptamente à herança cristã, judaica e helênica que tanto marcou a história de Constantinopla, agora chamada por seu nome turco, Istambul.

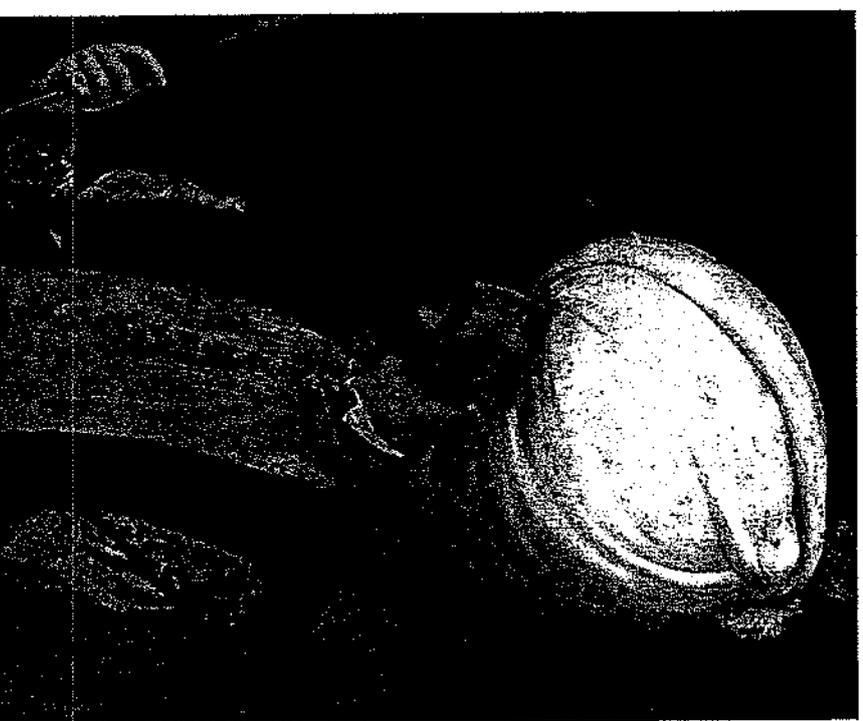
A conquista de Constantinopla se relaciona com a história do Líbano por diversos fatores. Inicialmente, não há dúvidas de que a notícia sobre a queda do último grande império cristão da região tenha causado assombro nas comunidades cristãs em todo o Oriente Médio daquele momento. Os menos de mil quilômetros que separavam Istantbul do centro do Líbano histórico estavam repletos de cristãos e judeus que tinham algum tipo de vínculo com os bizantinos, seja por redes comerciais tradicionais ou mesmo por questões culturais e religiosas. Outro fator importante era que a expansão dos otomanos pela Anatólia e pelos Bálcãs tornava evidente que, mais cedo ou mais tarde, o caminho natural da ampliação das fronteiras otomanas seria em direção às terras árabes do Levante e do Norte da África. Não por acaso já no início do século XVI, sob o domínio do sultão Selim I, os otomanos conquistaram os territórios árabes do Sultano Mameluco, chegando a submeter também as cidades islâmicas sagradas de Meca e Medina, na península arábica.

O ponto central do domínio otomano sobre o Levante foi a Batalha de Mari Dabiq, em 1516. Após três meses de longa caminhada em direção à região de Alepo (atual território da Síria), os otomanos tiveram que esperar por 16 dias até a chegada das tropas inimigas mamelucas, que sofreram uma grande revolta de seus soldados por falta de pagamento. A maior força de combate, que se acreditava capaz de impedir a expansão otomana para os atuais territórios da Síria e do Líbano em direção ao Egito, era um exército desmoralizado pela falência econômica do poder central e por um alto comando mais confiante do que competente. Após oito horas de confronto, o exército otomano, numericamente menor do que o mameluco, conquistou a vitória e pôde, nos anos seguintes, ocupar a Mesopotâmia, o Levante e o Egito. Uma das explicações para o sucesso otomano em Mari Dabiq vai além das responsabilidades do fraco comando militar mameluco. Alguns historiadores acreditam que um elemento determinante para a rápida expansão otomana foi o uso da artilharia como grande triunfo militar. Enquanto os mamelucos depositavam todas as suas esperanças em um corpo de cavalaria bem treinado, os otomanos usavam canhões com tecnologia e produção próprias.

As conquistas de Selim I permitiram que seu sucessor, Solimão, o Magnífico, fosse governante no momento mais grandioso do Império Otomano. Nesse período, o Império Otomano consolidou seu domínio sobre o Líbano histórico e as regiões vizinhas, expandiu-se em direção à Europa Central e chegou a cercar as muralhas de Viena, em 1529. Para o início do século XVI, o Império Otomano foi um ator importante no jogo político internacional, principalmente no calor das disputas de poder entre o Império Habsburgo de Carlos V e a França de Francisco I. Por meio de alianças e disputas em terras e mares europeus, como os Bálcãs e o Mediterrâneo, os otomanos se consolidaram como uma das maiores forças militares da modernidade.

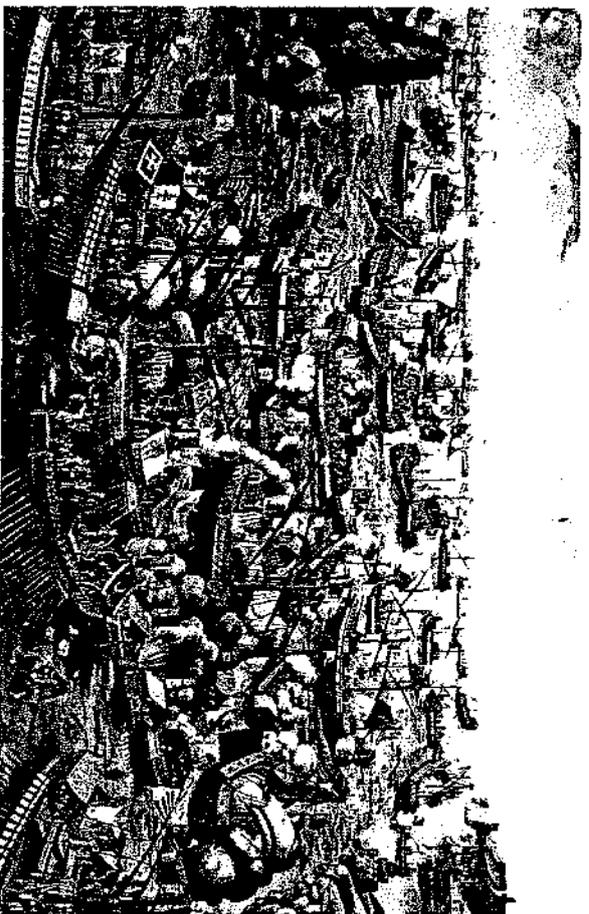
A importância do Líbano histórico nesse processo se concretiza com a conquista otomana da ilha de Chipre, em 1570, já após a morte de Solimão, o Magnífico. O Líbano voltava a ter sua enorme vocação comercial restaurada no momento em que o controle sobre o Chipre garantiu o monopólio otomano da navegação no Mediterrâneo oriental. Mesmo que os otomanos tivessem amargado um duro revés na histórica Batalha de Lepanto, em 1571, quando a Santa Liga (Veneza, territórios espanhóis sob domínio dos Habsburgo, Nápoles, Malta, Saboia, Gênova e os Estados Pontifícios) derrotou a armada otomana e pôs fim à expansão do islã no Mediterrâneo, esse episódio não colocou sob ameaça o domínio otomano da navegação comercial na região. As rotas comerciais que por séculos tinham sustentado a riqueza de grandes impérios cristãos como Roma e Bizâncio, além de importantes centros comerciais europeus como Veneza e Gênova, estavam agora submeteras ao controle dos otomanos.

Com Solimão, o Magnífico, o Império Otomano viveu seu auge em pleno século XVI. Nesse período, os otomanos dominaram a navegação no mar Mediterrâneo, causando grandes perdas ao comércio marítimo feito por cristãos.



Retrato de Solimão I, Tricão, c. 1530

No século XVII, com a expansão máxima dos otomanos já consolidada, o resultado do alargamento das fronteiras do império era impressionante. As estepes russas, parte do Cáucaso, grande parte do Oriente Médio, o litoral norte-africano até o Marrocos e a planície húngara davam a dimensão de um império que também dominava o mar Negro, o Mediterrâneo oriental, partes consideráveis do rio Danúbio, de importantes rios das atuais Ucrânia, Rússia, Bielorrússia, o Tigre e o Eufrates no atual Iraque, o Líbano e o Orontes no Líbano, até o Nilo. A quantidade de recursos econômicos disponíveis para o comércio em uma vasta extensão geográfica como a do Império Otomano precisava de áreas de escoamento dessa produção em direção a grandes mercados consumidores, como a Europa Ocidental. Assim como em outros períodos de sua história, a região do Líbano retomou sua relevância portuária, principalmente em centros urbanos históricos como Sidon e Beirute.



A Batalha de Lepanto de 1571, Andries van Eertvelt, 1640

A Batalha de Lepanto, em 1571, foi considerada o marco histórico do fim da expansão otomana. A vitória dos reinos cristãos foi possível graças a uma coalizão de forças militares europeias conhecida como a Santa Liga.

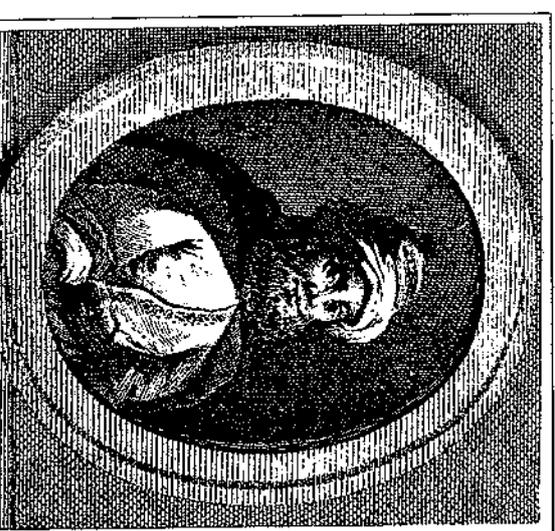
A pesquisa histórica sobre esse período ainda é pouco desenvolvida, em especial no que se refere à relevância marítima do Líbano sob o domínio otomano. Apenas recentemente, em maio de 2014, a Honor Frost Foundation, uma organização especializada em estudos marítimos e arqueológicos do Mediterrâneo oriental, publicou um relatório que tenta responder ao silêncio científico sobre a arqueologia marítima regional do Império Otomano na costa dos atuais Líbano, Síria e Chipre. Algumas das questões levantadas pelo relatório sobre a importância comercial marítima do Líbano durante a dominação otomana estão relacionadas ao significativo papel que o porto de Sidon teve para conectar o centro comercial de Damasco ao mercado mediterrâneo, contando com a presença de comerciantes europeus na cidade até o século XVIII. Já Beirute teve seu porto reconhecido como centro comercial ao longo do século XIX, quando a cidade passou a ser a capital da província otomana de Sidon.

Mas se o século XVII é o marco da máxima expansão do império, é também o momento em que se iniciam alguns movimentos de insatisfação com o domínio otomano no Líbano. Na narrativa histórica da nação libanesa, há um controvertido personagem que encarna esse descontentamento e merece ser destacado: o emir druso Fakhr al-Din II, também conhecido como Fakhrredine. Trata-se de um líder local reverenciado por alguns como uma espécie de “pai da nação”, precursor do projeto político do Líbano contemporâneo. A biografia de Fakhr al-Din II tem o tom dramático e novelesco próprio das narrativas sobre a vida dos heróis nacionais de todos os países. Neto de uma notória família de governadores, os Maan, o emir viu seu pai ser morto por homens ligados ao Estado otomano que deveriam punir os drusos das montanhas Chouf, no Monte Líbano, por constantes atos de rebeldia. Uma das versões sobre sua infância assevera que após a morte do pai e, temendo por sua vida, Fakhr al-Din II foi entregue pela mãe aos cuidados de uma poderosa família maronita, os al-Khazen. Independentemente da confirmação desse episódio, foi com a ajuda de sua mãe e de seu irmão mais novo, Yunus, que ele conseguiu restaurar o poder de sua família, mostrando-se hábil na política, na diplomacia e na guerra. Já adulto, ampliou seu poder e conseguiu ser reconhecido como líder de um vasto território, que ia do deserto sírio em direção à atual Palestina.

O grande mérito histórico de Fakhr al-Din II era sua capacidade de se beneficiar das disputas internacionais pelo controle do comércio no Mediterrâneo oriental. Enquanto os maiores impérios, reinos e repúblicas mercantis da Europa, tais como Inglaterra, França, Gênova, Veneza, Toscana, e Holanda rivalizavam pelo franco acesso aos portos controlados pelos otomanos, Fakhr al-Din II explorava as relações diplomáticas com esses governos europeus para se fortalecer contra adversários

locais, ou mesmo contra o poder central otomano. A mais profícua negociação conseguida por ele foi um acordo assinado com o grão-duque da Toscana, Fernando de Médici (Fernando I), em 1608, que o colocava à frente de seus maiores rivais, Gênova e Veneza, na região, e se sobrepunha à autoridade otomana ao reconhecer Fakhr al-Din II como seu interlocutor prioritário. Arento ao risco de desagradar seus senhores otomanos, incluiu uma cláusula no acordo que previa a obrigação da Toscana em conceder-lhe asilo político em caso de represália otomana.

Não tardou muito para que a relação entre Fakhr al-Din II e Istantbul che- gasse a um caminho sem volta. O aumento da influência da família Maan foi respondido com a força pelos homens leais ao sultão. Nesse caso, a saída encon- trada por Fakhr al-Din II e seus seguidores foi a fuga para o porto de Livorno, na Toscana, em 1613. A expedição rumo à proteção de Fernando I contava com os familiares de Fakhr al-Din, além de um grupo heterogêneo formado por drusos, sunnitas, xiitas, cristãos ma- ronianos e judeus. Esse exílio



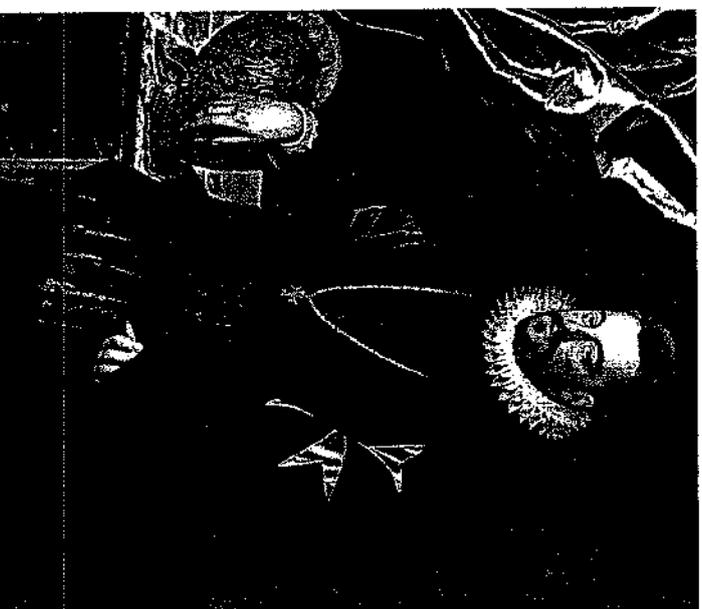
Retrato de Fakhr al-Din, anônimo

de súditos otomanos em terras cristãs europeias du- rou cerca de cinco anos e se manteve com a promessa de que, ao retornar ao poder na região do Lbano histórico, Fakhr al-Din II retribuiria a generosidade toscana com rentáveis acordos comer- ciais. Mas o líder druso sabia que jamais conseguiria sua volta triunfante à terra natal sem o suporte militar dos europeus.

Fakhr al-Din II é tido como um herói nacional do Lbano, principalmente por ter conquistado certa autonomia em relação aos otomanos. Sua época é considerada um período de prosperidade econômica e cultural no país.

Em 1618, após cinco anos de exílio, a insúper conjuntura política do Império Otomano tinha passado por uma reviravolta e muitos de seus inimigos haviam sido retirados do poder. O novo cenário político permitiu o retorno de Fakhr al-Din II para o Lbano histórico, chegando a receber o título de governador de Sidon, Beirute e Biblos (Jbeil). A década seguinte favoreceu a restauração do poder local pela família Maan, sua reestruturação econômica e, mais uma vez, o aumento de sua influência na região. Os problemas entre a autoridade otomana e o emir druso tiveram seu capítulo final em 1632, quando um exército otomano que deveria se preparar para atacar o Império Persa se deslocou para a região do Vale do Bekaa libanês com o intuito de se proteger do inverno. A notícia de que um grande con- tingente de soldados otomanos se preparava para ocupar as terras sob sua jurisdição e sem autorização prévia fez com que Fakhr al-Din II desconfiasse das intenções dessa mobilização militar. Após a transgressão do emir druso, que não aceitou facilmente a presença otomana em suas terras, as tropas otomanas entraram em confronto com os soldados de Fakhr al-Din II, em 1633, e os derrotaram. O próprio emir e seu filho Masud foram condenados ao estrangulamento e à decapitação, o que os transformou em mártires do Lbano contemporâneo.

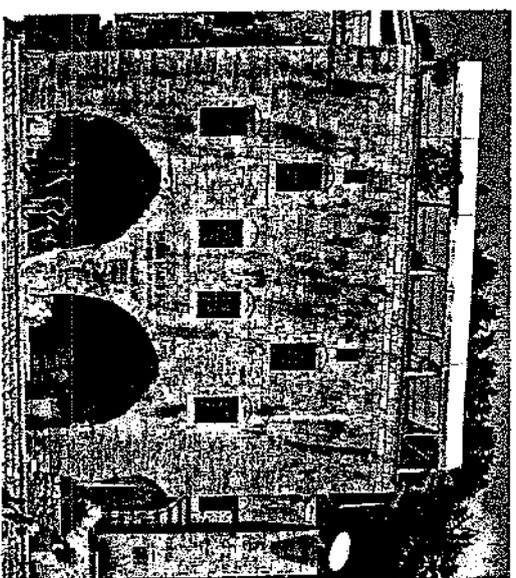
Fernando I, grão-duque do Toscana, foi um importante parceiro comercial de Fakhr al-Din II. Ficou conhecido como um homem tolerante por negociar com povos não cristãos entre os séculos XVI e XVII.



Retrato de Fernando I de Médici, Scipione Putzone, 1590

Qualquer pessoa que passe pela atual cidade libanesa de Deir al-Qamar pode visitar duas construções históricas que comprovam o legado cultural de Fakhr al-Din II e sua família: a mesquita Fakhr al-Din, construída em 1493 (possivelmente pelo seu avô), e o palácio de Fakhr al-Din II, uma obra arquitetônica do século XVII que atualmente abriga o museu de cera Marie Baz e conta a história política do Líbano por meio de seus personagens principais. Mas a trajetória de Fakhr al-Din II é relevante para a história do país não apenas por seu papel mítico no imaginário nacional libanês. As idas e vindas de um emir druso criado por uma família maronita e rival do sultão otomano sunita servem como exemplo do peso que as minorias e grupos étnicos e religiosos têm na formação do Líbano contemporâneo. Aos poucos, o sultão otomano, soberano das terras do islã, foi perdendo lugar para pequenas lideranças comunitárias. No caso do Líbano, se Maomé não vai à montanha, ela se enche de maronitas e drusos rebeldes.

Ao longo do século XVIII e do XIX, o Império Otomano passou a viver um processo de decadência que, no plano interno, fez com que os poderes políticos provinciais ganhassem mais autonomia em relação ao Estado central. As lideranças de grupos minoritários no interior desse império multiétnico minaram o controle que o vasto domínio otomano precisava manter para garantir sua sobrevivência e pujança. No âmbito externo, os impérios concorrentes ao otomano, como a Inglaterra, a França e a Pérsia, começaram a pressionar as frágeis fronteiras das terras do sultão à medida que se desenvolviam tecnicamente no campo militar. Os gastos necessários para controlar as inúmeras revoltas que varreram o Império



Henliq (CC BY-SA 2.5)

O palácio construído por Fakhr al-Din II em Deir al-Qamar, região de Chouf, abriga atualmente o museu de cera Marie Baz. Trata-se de um dos principais pontos turísticos da região centro-sul do Líbano.

Otomano ao longo do século XVIII, por todo o século XIX, e na primeira metade do XX, ajudaram a estrangular economicamente as pretensões expansionistas dos sultões subsequentes. O fim da Sublime Porta (como era conhecido o Império Otomano) e a ascensão política dos grupos minoritários mostraram-se ser uma realidade inquestionável. O destino do Líbano e de muitos países do Oriente Médio começava a ser escrito com o sangue de quem se colocava no caminho da manureção de uma estrutura imperial agonizante.

OS SENHORES DA MONTANHA

A questão da atuação política das minorias presentes no território do antigo Império Otomano tem relação direta com as estratégias que cada comunidade étnica empregou para garantir sua sobrevivência sob o poder de um Estado oficialmente islâmico. Historicamente, o contato entre muçulmanos e cristãos no Oriente Médio foi marcado por uma convivência política forçada que não necessariamente refletia uma integração social. Nos primeiros séculos do islã, em que a expansão do Império Muçulmano ocorreu em direção às terras cristãs, pertencer à maioria islâmica assegurava privilégios sociais e políticos, o que levou grupos minoritários a se submeterem a processos de conversão religiosa que anulassem identificações minoritárias indesejáveis. Aos que se recusavam a se converter, permanecia a condição de “minoría”, ou seja, a categoria de grupos subordinados ao pacto da *dhimma* e discriminados socialmente em relação aos muçulmanos de forma declarada.

Uma análise atual da composição étnica dos territórios sob o controle histórico dos muçulmanos do Oriente Médio mostra que as áreas de maior população convertida ao islã se encontraram em espaços urbanos, onde a sobrevivência estava mais diretamente vinculada ao prestígio social do indivíduo em relação aos poderes oficiais do Império Islâmico. Em muitos territórios que mantiveram comunidades cristãs e judaicas, como a atual região do Líbano, é possível perceber que as comunidades mais resistentes à integração social pela conversão ao longo da história se localizam em áreas rurais, como as montanhas libanesas do norte ou o Vale do Bekaa. Isso não significa que não houvesse integração intercomunitária nessas terras. O importante aqui é que, mesmo compartilhando valores e crenças, a maioria islâmica não deixava de instituir maneiras de se diferenciar socialmente em relação a outros grupos étnico-religiosos.

Desse modo, o problema do confessionalismo e da condição de minoria nessa região permitiu o desenvolvimento de projetos políticos nacionais nas comunidades não muçulmanas ao longo dos séculos XIX e XX. A história da segregação social

das comunidades cristãs no Império Otomano e a mudança de prestígio dessas comunidades com o aumento da presença ocidental nas decisões políticas otomanas favoreceram a ascensão de movimentos nacionalistas cristãos que monopolizaram o processo de formação do Estado libanês contemporâneo.

A maior parte dos problemas políticos do Líbano costuma ser explicada pelo antagonismo histórico presente em sua "entidade nacional": a convivência de elementos políticos retirados do modelo de Estado europeu e a tradição de governos locais anteriores ao colonialismo europeu do século XX. De todos os dispositivos institucionais da política libanesa, o chamado "fator confessional" é o que mais manifesta instabilidade em seu projeto de nação. Pode-se dizer, portanto, que o Líbano é fruto da junção entre a permanência da confessionalidade, os vestígios da experiência colonial e a instabilidade crônica de seu contexto regional. Assim, não há como ignorar a subsistência do componente religioso na construção da nação e do Estado libanês, bem como em outros países da região, a exemplo de Israel e Síria (ainda que não o reconheçam oficialmente).

A história dessa região, que antecede a própria formação desses Estados modernos, pode apresentar fatores importantes para a compreensão do papel exercido pela confessionalidade no plano político. Desde a época em que essa região foi parte do Império Otomano, existe a relação entre identidade confessional e a população local, particularmente por meio dos chamados sistemas de "*millet*" (entendidos como comunidades religiosas jurídicas toleradas pelo sultão). De fato, os *milletts* eram grupos comunitários submeuidos ao poder otomano que corroboravam a separação dos súditos do império por critérios religiosos, sedimentando juridicamente essas comunidades como minorias no interior da estrutura política sunita otomana. Do ponto de vista jurídico, seria uma releitura da regulação religiosa islâmica árabe do pacto da *dhimma* aplicada ao contexto otomano. Essa norma jurídica se justificava pela grande variedade de grupos não muçulmanos na região do Oriente Médio. Entre os cristãos havia, no geral, quatro grupos distintos considerados minorias legítimas pelo Império Otomano: os arameus (sírios orientais, sírios ocidentais, e maronitas); os coptas, os armênios e os gregos. No interior desses grupos, houve também a formação de comunidades específicas, como no caso dos maronitas, cuja participação na construção do Estado libanês foi decisiva, já que mantiveram certo sentimento de solidariedade confessional em suas ações como elite política da futura nação libanesa.

Os *milletts* eram entidades com contornos confessionais que permitiam a seus líderes gerenciarem questões jurídicas e administrativas como matrimônio, herança, educação e, sobretudo, a cobrança de impostos. A formação dos *milletts* garantia a seus dirigentes uma autonomia perigosa aos interesses do Estado otomano. Muitas

vezes, o sultão e seus funcionários tinham que utilizar seu direito de intervir nos assuntos internos das comunidades confessionais, ainda que, ao longo do tempo, os otomanos tenham perdido essa capacidade de se interpor nos assuntos dos grupos religiosos autônomos, como os cristãos do império. Efetivamente, havia uma contradição no sistema de *milletts* muito prejudicial para as pretensões centralizadoras do Estado otomano. Enquanto a Sublime Porta exercia seu direito de atuar de forma direta nas decisões dos grupos confessionais sob sua autoridade, os integrantes dos *milletts* (principalmente os não muçulmanos) passavam a reconhecer o sultão como um governante autoritário e disante da comunidade. A ideia original dos otomanos era fazer com que o regime do *millet* fosse capaz de transformar cada líder das comunidades religiosas em um intermediário entre os fiéis e o Estado. Para os maronitas, por exemplo, essa imposição de autoridade era um problema, pois só reconheciam o papa de Roma como interventor direto das normas da comunidade confessional. O sultão sunita não tinha legitimidade religiosa para julgar e decidir sobre a maneira correta como um cristão vivia. Com o avanço do século XIX, o mesmo se passou com outras comunidades confessionais como gregos, judeus, e, inclusive, drusos e xitas.

O cenário de contradição vivido pelos integrantes dos *milletts* otomanos favoreceu as potências coloniais europeias do século XIX, que aproveitaram o argumento da defesa das minorias "desprotegidas" para atuar diretamente sobre as regiões do Império Otomano. O Líbano foi uma dessas regiões onde a intervenção ocidental teve mais sucesso nesse período. Os representantes eclesiásticos do papa influenciavam claramente as comunidades cristãs do império, especialmente os maronitas. Outros *milletts* como os judeus e ortodoxos gregos também promoveram agitações internas por causa da interferência externa em suas questões, ainda que em menor escala. A constante instabilidade dos *milletts* pode ser vista como um dos principais fatores da futura destruição do Império Otomano.

A situação caótica vivida pelos *milletts* no século XIX exigiu do regime um plano de reestruturação de todo o sistema de governo otomano. Como última tentativa de solucionar a questão dos *milletts* surgiu um conjunto de reformas, ou *Tanzimat*, entre 1836 e 1876. Além de pretender remediar o problema das comunidades confessionais, as reformas mostravam a força das potências europeias nas terras do Império Otomano, já que grande parte dessas ações reformistas foi incluída pelos interesses coloniais da França e da Inglaterra no Oriente Médio. Antes do fim do próprio Império Otomano, essas potências europeias influíram nas questões internas turcas com o objetivo de garantir para si benefícios econômicos e estratégicos. Os ingleses não escondiam sua intenção de conquistar o controle naval do Mediterrâneo para garantir livre acesso marítimo à Índia colonial. Os franceses, entretanto, desejavam

dominar o Magrebe e impedir o avanço dos planos ingleses sobre a Ásia e a África. Até a Rússia, que tinha pouca força no jogo colonial das nações europeias, desejava expandir-se pelo Cáucaso e controlar o mar Negro. A Guerra da Crimeia (1853-1856), que envolveu Inglaterra, França e Império Otomano contra a Rússia, mostra a conexão entre as potências europeias e os otomanos nesse período.

No geral, os *Tanzimat*s significaram a adoção de medidas modernas europeias no interior de uma estrutura política e administrativa considerada obsoleta como a otomana. Era, então, o reconhecimento de que as antigas organizações religiosas e militares do Império Otomano necessitavam de mudanças inspiradas nos modelos europeus. Grande parte das reformas foi apenas simbólica, mas consolidou a supremacia de uma visão de mundo europeia, principalmente em comunidades confessionais otomanas que não reconheciam o sultão como líder. Ao final, a circulação de ideias europeias por meio dos *Tanzimat*s inseriu um conjunto de concepções políticas ocidentais na sociedade otomana que facilitaram a posterior queda do império.

Um dos novos conceitos europeus trazidos para as terras otomanas depois do Tratado de Paris e do fim da Guerra da Crimeia foi a introdução do termo “cidadania otomana”, que colocava sob as mesmas condições jurídicas e legais todos os integrantes de comunidades confessionais do império, fossem eles muçulmanos ou não. A consequência dessa igualdade absoluta de todos os súditos foi uma maior preparação intelectual e técnica dos grupos mais próximos das potências europeias (como os cristãos em geral) e o empobrecimento progressivo dos muçulmanos. Em um cenário como esse, o fracasso das reformas era iminente.

No caso libanês, o fracasso dos *Tanzimat*s representou o reforço dos valores particularistas dos *millets*. Em 1840 e 1860, houve grandes massacres religiosos motivados pelas filiações confessionais dos cidadãos da região do Monte Líbano, principalmente com o intenso conflito entre drusos e maronitas em uma época de forte apoio da França aos cristãos, além da vinda do exército egípcio de Ibrahim Pashá para a região. De fato, esse cenário de secularismo e violência refletia a fragilidade do poder dos curcos na região. Os embates da segunda metade do século XIX podem ser explicados como enfrentamentos entre a coalizão maronita-francesa contra a união drusa-otomana-inglesa. A sequela direta dos confrontos desse período foi o fim da convivência pacífica tradicional das comunidades confessionais libanesas.

Os horrores do conflito maronita-druso, depois de 1840, inflamados também pela degradação das condições econômicas na região, chamaram a atenção do mundo ocidental. Muitos países europeus, principalmente a Áustria, tentaram arbitrar acordos entre maronitas e drusos, o que efetivamente pode ser visto como uma tentativa de equilibrar os interesses da França e da Inglaterra no Líbano. No interior do Império



Esso tela de Jean-Adolphe Beaucé retrata o desembarque da Força Expedicionária Francesa em Beirute (1860). O artista acompanhou as tropas francesas que invadiram o Oriente Médio nesse período.

Otomano houve a instalação da chamada “dupla administração” ou *Caimacam*: um acordo que transformava pequenos senhores drusos e maronitas em governantes de suas comunidades religiosas sob controle otomano. O fiasco dessa medida foi imediato, pois a instauração de uma nova organização administrativa não anulava as hostilidades entre os grupos. A tensão entre drusos e maronitas seguiu crescendo até os famosos massacres de 1860 no Monte Líbano e em Damasco, precedidos do desembarque do exército francês e, portanto, da presença cada vez mais forte do colonialismo europeu em terras otomanas. Essa época inaugurou a grande emigração de maronitas em direção à América (e claro, ao Brasil), com o objetivo de escapar dos massacres promovidos pelos drusos e pela situação caótica que esse cenário de confronto criava.

Em 1861, como consequência dos problemas estabelecidos entre as duas comunidades confessionais, surge o Mutassarifato, ou seja, um novo regime administrativo instaurado pelas potências europeias na região que reforçava a condição das comunidades religiosas como poder temporal. Essas comunidades foram organizadas e hierarquizadas pelo número de representantes que tinham e submetidas ao poder de um governador otomano que, junto a um Conselho Administrativo formado por líderes das seis comunidades da montanha (drusa, maronita, ortodoxa grega, católica grega, sunita e xita), controlavam as decisões políticas no Monte Líbano. O governador otomano não podia ser escolhido por critérios não confessionais, já que sempre deveria ser cristão não libanês para contemplar os interesses

das potências coloniais. Outra prova de que o Mutassarifato privilegiava a Inglaterra e a França era que o Conselho Administrativo tinha sempre a preponderância dos cristãos, com quatro representantes maronitas, três drusos, dois ortodoxos gregos e um para os demais grupos confessionais. A experiência política de 1861, além de separar administrativamente a região do Monte Líbano de outras partes do atual território libanês, como o Vale do Bekaa, inaugurava sobre bases sólidas um regime de representatividade comunitária de grande importância para o Líbano até hoje.

O Mutassarifato funcionou com relativa tranquilidade até 1914. Na Primeira Guerra Mundial, quando o Império Otomano figurou como aliado dos alemães contra a França e a Inglaterra, a aplicação do Mutassarifato foi suspensa. Ao contrário do que supunha o estatuto de 1861, o Líbano teve três governadores nomeados diretamente pelos oficiais Jovens Turcos durante a guerra. Nesse período, muitos libaneses de distintas comunidades confessionais foram identificados como agentes das potências europeias e executados sumariamente pelos turcos. Os libaneses reconheceram esse momento histórico como outro marco inaugurador do processo de independência do país, e a data da morte de muitos desses líderes confessionais é comemorada como uma celebração de mártires nacionais (6 de maio).

A PRESENÇA FRANCESA

Durante a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra e França firmaram secretamente em 1916 o Acordo Sykes-Picot, um modo diplomático de garantir que as províncias otomanas seriam repartidas entre as duas potências ocidentais aliadas. Assim, a região que hoje compreende o Líbano e a Síria ficou sob o controle da França, o que depois do conflito europeu foi reconhecido pela Liga das Nações. A França passou a exercer uma espécie de poder colonial indireto na região, fazendo com que essa parte do Levante fosse um "protetorado" submetido aos interesses franceses no Oriente Médio. Em 1920, a França proclamou o chamado "Estrado do Grande Líbano", recuperando regiões que não faziam parte do antigo Mutasarifato do Monte Líbano. Desse modo, os franceses davam forma ao território atual do país, unindo às montanhas as regiões de Trípoli, ao norte, Sidon e Tiro, ao sul, e Beirute. Essas fronteiras atribuídas ao Líbano eram importantes porque garantiam a autossuficiência alimentar do país. Já em 1919, durante as negociações de paz da Conferência de Paris, o monsenhor maronita Howayyek apresentava aos países europeus um projeto de nação na velha província otomana de maioria cristã.

Nos anos 1920, foram tomadas importantes decisões políticas que influenciaram o Líbano contemporâneo. Houve, em 1922, a formação de um Conselho

Representativo e, em 1926, a adoção de uma Carta Constitucional provisória de tipo liberal inspirada na Constituição francesa de 1875 e na Constituição belga. Esse cenário de integração jurídica e formal das comunidades confessionais libanesas tinha limites muito bem estabelecidos. Entre os maronitas, por exemplo, a comunidade estava dividida em duas forças políticas: o Bloco Nacional, liderado pelo político pró-França Émile Eddé, e o Partido Ad-Doustour, de Bechara al-Khoury (mais aberto ao pan-arabismo cultural, ainda que politicamente nacionalista libanês). A distinção entre esses dois grupos é importante porque está relacionada à condição de subordinação em que o Líbano se colocava em relação à potência mandataria colonial nos artigos da nova Constituição. A partir desse momento, com o amparo da França, o Líbano passou a ser definido como um Estado unitário, supostamente independente, com o árabe como língua oficial e o francês como segunda língua. Além de o novo país reconhecer-se como "independente", mas ainda com a tutela de seu antigo colonizador, o Líbano apresenta outra grande contradição em sua Constituição de 1926: o ordenamento administrativo das comunidades confessionais no jogo político do país "unitário". O debate sobre o equilíbrio de poder entre os grupos religiosos não ficava claro em nenhum dos artigos do texto constitucional. Havia pequenas referências indiretas em certos artigos, mas a defesa do estatuto pessoal do cidadão era mais fortemente mencionada do que os espaços específicos e a atuação política de cada comunidade confessional. De modo explícito, somente o artigo 96, que determinava a divisão das cadeiras do Senado, fazia menção ao direito específico das confissões, mas não era o suficiente.

Ao longo dos últimos anos da década de 1920, muitas alterações foram feitas no texto constitucional, como a união do Senado com a Câmara de Deputados e o fortalecimento do Poder Executivo. Todas as modificações sofridas pela Constituição eram reflexos da grande crise econômica que o país vivia e das disputas pessoais no interior do sistema político libanês. A Constituição de 1926 foi transformada em uma mescla jurídica que expunha a instabilidade política de um país repleto de contradições. Ao final, mesmo com a presença da mão forte da França nas questões políticas do Líbano, o líder ortodoxo grego Charles Deba foi eleito o primeiro presidente nominal libanês, embora soubesse que sua atuação política deveria sempre coincidir com as intenções francesas.

Essas incoerências também estiveram presentes no censo populacional de 1932, considerado um instrumento central para a distribuição do poder no Estado libanês que se adequava às exigências das elites políticas confessionais. A emergência do Líbano contemporâneo seguia o mesmo padrão de outros países pós-coloniais com população de origem étnica diferente; pois, ainda que a composição multitécnica

dessas nações fosse retoricamente anulada ou submerida à identidade nacional homogênea, os diferentes interesses dos diversos grupos e seus ressentimentos históricos não poderiam ser anulados por pactos políticos resolvidos a canetas constitucionais. A legitimidade científica do cálculo demográfico seria um modo de construir um discurso de autoridade que autenticaria o controle político do país pelos maronitas.

O resultado do censo mostra que o Líbano foi sendo construído como uma nação cristã. Não há como duvidar que o censo de 1932 foi uma estratégia legal para transformar os maronitas em maioria populacional, repudiando um passado de submissão ao poder político islâmico. A memória histórica da população cristã libanesa, em especial dos maronitas, não tinha como esquecer a segregação social que viveram até a chegada do imperialismo francês e das reformas administrativas ormanas que reforçaram o sentido de confessionalidade nas comunidades religiosas. Os massacres de meados do século XIX e a perseguição política sofrida por muitos intelectuais nacionalistas cristãos até a independência do país eram questões muito recentes e precisavam ser substituídas por garantias políticas que comprovassem a obrigatoriedade de uma administração efetivamente cristã na região. A construção de um Líbano cristão e ocidentalizado seria a garantia de que o país seguiria a trajetória de sucesso que muitas nações cristãs da Europa tiveram historicamente, e para isso era importante provar que os cristãos eram uma maioria populacional que reivindicava de forma justa o controle político do novo Estado libanês.

A eleição para o cargo de presidente da República, em 1932, ao final do mandato de Charles Debba, instaurou um clima de tensão nos círculos políticos libaneses. Na comunidade maronita, as disputas internas entre Eddé e al-Khouiry dividiram os cristãos. Já entre os muçulmanos, que também aspiravam à presidência, os grupos políticos deixaram suas rivalidades e se uniram em torno da candidatura de Muhammad al-Yisr, com apoio de alguns cristãos descontentes. Com medo de que o equilíbrio de poder no Líbano fosse rompido, a Constituição de 1926 foi suspensa por ordem direta do alto-comissário francês Henri Ponsot, em 9 de maio de 1932, e o mandato do presidente Debba foi prolongado por mais um ano. Começava, então, um novo momento na história do Líbano, motivado pelo descontentamento crescente de seus cidadãos diante das decisões consideradas arbitrárias do alto-comissariado francês. A independência concreta do Líbano era uma questão de tempo.



CHAMPANHE EM BARRIL DE CEDRO: O LÍBANO CONTEMPORÂNEO

UM BRINDE À INDEPENDÊNCIA

Ainda que as tensões entre o Líbano e a França tivessem crescido até a primeira declaração de independência libanesa em 26 de novembro de 1941, somente a fragilidade progressiva dos franceses durante a Segunda Guerra Mundial permitiu a emancipação efetiva do "país dos cedros". Em 1943, já cansados de esperar pela independência prometida, a Câmara de Deputados libanesa aprovou a emenda constitucional que suprimiu todos os artigos relacionados ao domínio francês. A reação da França foi imediata. O alto-comissário Jean Helleu ordenou a prisão do presidente da República, do chefe de governo e de três dos principais ministros, declarando que as mudanças na Constituição eram inválidas. Como presidente temporário, os franceses nomearam Émile Eddé, um fiel aliado que acreditava na conquista da independência do país de forma negociada com a França. Esse cenário de repressão e autoritarismo levou o Líbano a uma insurreição geral contra os colonizadores, o que permitiu a união de todas as forças políticas em torno de uma causa comum: algo que dificilmente voltaria a acontecer.

A França não teve outra saída senão reconhecer a independência libanesa em 22 de novembro de 1943, assistindo, contra a sua vontade, ao retorno triunfante ao poder de Bechara al-Khouiry. O novo clima instaurado no Líbano após sua independência permitiu a formação de um Pacto Nacional em 1943, que estabeleceu a participação de todas as elites políticas no Estado independente e reforçou o sectarismo. A principal consequência do Pacto Nacional foi a sedimentação das identidades confessionais no campo político e o reforço da liderança maronita no país, cuja argumentação já havia sido construída desde o censo de 1932.

Nesse clima de mudança política e rechaço crescente em relação à presença estrangeira no Líbano, a juventude local começou a se organizar politicamente. Entre esses jovens militantes estava Pierre Gemayel, um farmacêutico entusiasta

do esporte que, em 1936, com 21 anos, foi selecionado para integrar a equipe libanesa de futebol que ia participar dos Jogos Olímpicos de Berlim. O contato de Gemayel com a máquina estatal nazista transformou definitivamente seu modo de compreender a política em seu próprio país, já que a propaganda nazista de 1936 mostrava a Alemanha como uma nação unida e soberana. Depois dos Jogos Olímpicos, Gemayel visitou a Tchecoslováquia observando as atividades do Sokol, uma organização paramilitar da juventude tcheca. Inspirado por esse movimento juvenil de massa, Gemayel voltou ao Líbano e se uniu a outros cinco maronitas desejosos por fundar sua própria organização política de direita. O novo movimento foi chamado de Partido Falangista Libanês ou *Kataib*, em árabe, influenciado pelos falangistas espanhóis que apoiavam o general Francisco Franco.

A primeira ação do Kataib foi em 1937, quando as tensões entre cristãos e muçulmanos no Líbano aumentaram fortemente. Em resposta à “Conferência da Costa”, criada por muçulmanos libaneses que queriam a imediata reintegração do Líbano à Síria, Pierre Gemayel ameaçou convocar uma greve geral para que a França garantisse a separação entre o Líbano cristão e a Síria muçulmana. Nesse momento, Gemayel deixou evidente quais eram seus dois principais inimigos políticos: a presença mandataria francesa contrária ao nacionalismo libanês do Kataib e o projeto nacional do Partido Social Nacionalista Sírio, que, liderado pelo grego-ortodoxo Antoun Saade, reivindicava a unificação do Líbano com a Síria.

O nacionalismo libanês do Kataib teve sua doutrina e política nacional desenvolvidas principalmente em artigos panfletários supostamente escritos por Pierre Gemayel entre 1936 e 1947. Esses textos, quando lidos a partir do contexto histórico em que foram produzidos, refletem um projeto de nação libanesa que coincide com a trajetória política própria da comunidade maronita do país, resguardando valores “espirituais” como Deus e a família. Ainda que Gemayel defendesse o Estado laico no Líbano, a necessidade de vincular a figura de Deus e a instituição familiar à nação mostrava o imperativo de se reconhecer a religiosidade como valor nacional e de repudiar que o Líbano devesse se submeter a uma grande nação árabe diversa. Pierre Gemayel não falava diretamente sobre a defesa da liderança dos maronitas na política libanesa, mas deixava evidente alguns sinais de que seu discurso era voltado para uma elite confessional cristã no país. O principal indício desse propósito é a linguagem política utilizada por Gemayel, uma vez que a grande maioria de seus discursos foi publicada em língua francesa, reconhecidamente um idioma controlado pela velha elite colonial, ou seja, por grande parte da comunidade cristã libanesa e por um número menor de intelectuais de origem muçulmana, mas politicamente laicos.



Adib Ibrahim, 22 nov. 1943

A Praça dos Mártires foi um palco político importante durante o processo de independência do Líbano em 1943. Esse fotografia de Adib Ibrahim reforça o papel das manifestações populares a favor da independência em relação à França.

A bipolarização política entre um Líbano laico governado por uma elite maronita ocidentalizada e uma Síria geográfica predominantemente muçulmana pode ser compreendida como a sobrevivência de questões históricas que afetavam a população local em temas como os direitos e privilégios em relação ao *status* de minoria ou maioria política. O projeto nacional libanês, seja pela experiência histórica dos mutassarifatos, pelo censo demográfico forjado em 1932 ou pelo Pacto Nacional oficializado em 1943, foi uma tentativa original de garantir à comunidade maronita sua condição de maioria político-administrativa, em resposta aos anos de segregação social que permitiram massacres e preconceitos contra os cristãos na região do Líbano. Na linha de frente desse projeto estava o Kataib.

Entretanto, a consolidação da independência do Líbano dependia de uma negociação entre forças políticas rivais que precisavam criar uma base de interesses consensuais para vencer o inimigo em comum: o poder colonial francês. O Pacto Nacional passou a ser visto como o resultado dessa negociação, consolidando o poder das novas elites políticas que participaram do processo de independência: grupos de sunitas das cidades costeiras do país, conduzidos por Riad al-Sulh; e a crescente burguesia maronita, mais alinhada com a liderança histórica de Bechara al-Khoury do que com os anseios grandiosos de Pierre Gemayel. De acordo com o Pacto Nacional, os cristãos passavam a renunciar seu vínculo com as potências ocidentais, especialmente a França, enquanto os muçulmanos renunciavam a qualquer projeto imediato de unir o Líbano à Síria ou a qualquer pan-arabismo que colocasse em risco a existência do Estado libanês independente.

A melhor maneira encontrada para celebrar o sucesso dessa negociação foi a criação de um sistema político que deveria refletir a preponderância social de seus idealizadores. A partir do Pacto Nacional, a presidência da República ficaria a cargo de um membro da elite maronita (nesse caso, Bechara al-Khoury) e a presidência do Conselho de Ministros seria destinada a um integrante da elite muçulmana sunita (nesse caso, o primeiro-ministro Riad al-Sulh). Essa divisão de poderes passou a vigorar no Líbano independente como um acordo de cavalheiros, sem o registro de nenhum documento escrito, já que sequer o Pacto Nacional foi formalizado por meio de um texto público. Com o funcionamento do Estado libanês autônomo, a necessidade de se permanecer fiel à repartição de cargos políticos pelo Pacto Nacional fez com que a presidência do Parlamento fosse destinada a uma terceira elite confessional do país: os muçulmanos xiitas. Mesmo que a proposta de distribuição de cargos políticos por grupos confessionais tentasse equilibrar o peso político de setores distintos da sociedade libanesa, ao destinar as funções políticas mais importantes a maronitas e sunitas, reforçava o domínio desses dois grupos no cerne do Estado libanês recém-constituído.

As primeiras crises políticas motivadas pelo Pacto Nacional já puderam ser visíveis poucos anos após a formação do Líbano independente. Em 1952, quando reivindicava seu terceiro mandato, ainda que contrário às regras sucessórias estabelecidas pela Constituição, Bechara al-Khoury tentou manipular o Poder Legislativo para construir uma rede de apoio em favor de sua permanência no poder. A reação de diversos setores da política libanesa foi imediata e Bechara al-Khoury não teve outra saída senão renunciar ao seu cargo em 17 de setembro daquele ano. As tensões em torno das ambições políticas de Bechara al-Khoury, ainda que não tivessem um caráter confessional, instauraram uma competição pública entre os distintos setores

da elite política libanesa, gerando um descontentamento generalizado que expunha a fragilidade das instituições públicas do Líbano. Com a demissão do presidente, o chefe do exército, Fuad Shehab, assumiu provisoriamente o comando do país, até que o Parlamento elegeisse um novo presidente da República, o que aconteceu poucos dias depois. A crise de 1952 não tornava evidente o conflito sectário que tanto marcou as análises sobre a debilidade do Estado libanês, mas mostrava que os interesses particulares poderiam ameaçar a estabilidade política do país.

Nesse contexto de turbulência, o Parlamento elegeu Camille Chamoun como novo presidente do Líbano, em uma votação apertada que deu o segundo lugar a Haniid Frangié, ex-ministro de Relações Exteriores do governo anterior. Se durante o mandato de Bechara al-Khoury o Líbano parecia voltar sua política externa para a construção de alianças com os países árabes da região, com a ascensão de Camille Chamoun, essa postura internacional foi substituída por uma aproximação estratégica com duas grandes potências ocidentais no Oriente Médio: Inglaterra e Estados Unidos. Ao mesmo tempo que o Líbano de Chamoun se acercava dos países que compunham o chamado "Pacto de Bagdá" (uma aliança militar assinada em 1955 entre Inglaterra, Irã, Iraque, Paquistão e Turquia), também anunciava clara adesão à Dourrina Eisenhower, que garantia aos Estados Unidos amparar países supostamente anticomunistas por meio de auxílio militar e econômico. A escolha de Chamoun por uma reviravolta na política externa do Líbano não se relacionava com o perigo de um aumento da influência soviética no país em plena Guerra Fria, mas estava mais diretamente conectada com a necessidade de se conter a expansão do pan-arabismo liderado pelo general e presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, que defendia a supremacia do nacional-



Retrato oficial da presidência do Líbano, 1952

Camille Chamoun, um dos presidentes mais controversos da história contemporânea do Líbano. Ao longo de seu mandato o país viveu um período de crise que culminaria, anos mais tarde, na Guerra Civil Libanesa.

lismo árabe em detrimento da divisão do Oriente Médio em Estados nacionais autônomos como o Líbano recém-independente.

O maior desafio para Camille Chamoun era conter o largo alcance da retórica pan-arabista de Nasser, que crescia vertiginosamente no interior da opinião pública libanesa, principalmente nas comunidades muçulmanas e entre os cristãos que viam com maus olhos a aproximação do Líbano com os Estados Unidos. A postura anti-Nasser de Chamoun fez com que pare considerável da população libanesa cultivasse certo descontentamento com seu presidente. As tensões ficaram ainda mais latentes quando, em 8 de maio de 1958, o jornalista pan-arabista e defensor das ideias nasseristas, Nacib Metni, foi assassinado. As acusações sobre a morte de Metni recaíram sobre os Estados Unidos, e, conseqüentemente, em Camille Chamoun. A resposta dos grupos políticos libaneses contrários a Chamoun foi automática. Kamal Jumblat, líder da comunidade drusa no Líbano e fundador do Partido Socialista Progressista, conduziu, ao lado de líderes sunitas e do próprio patriarca da Igreja Maronita, Boulos Boutros el-Meouchi, uma revolta popular que ameaçou novamente a estabilidade política do país.

Para poder concluir o seu mandato, Camille Chamoun acionou os Estados Unidos por meio da Dourina Eisenhower, o que fez com que os norte-americanos enviassem seu corpo de fuzileiros navais para Beirute, sufocando as rebeliões. Nas eleições subseqüentes, o Parlamento elegeu Fuad Shehab, que voltava ao comando do Estado libanês, mas agora por meio de um processo eleitoral legítimo. Enquanto o mundo vivia o ápice da Guerra Fria entre dois modelos ideológicos defendidos por União Soviética e Estados Unidos, o Oriente Médio, e especialmente o Líbano, vivia uma espécie de conflito bipolar particular entre o pan-arabismo e o nacionalismo local, o que aguçava as incoerências do seu Pacto Nacional e propunha novos desafios ao país dos cedros.

ANOS GLORIOSOS: A SUÍÇA DO ORIENTE

Após uma seqüência conturbada de governos incapazes de manter a coesão social do povo libanês, Fuad Shehab assumiu a presidência com o objetivo de criar instituições políticas e sociais sólidas em um país ainda ideologicamente dividido. A implantação de um programa de reformas para a reconstrução do Líbano pós-independência era o grande triunfo de Shehab, que prometia fortalecer a solidariedade social e as estruturas de poder do Estado libanês. Era preciso coordenar ações que promovessem a diminuição das desigualdades sociais entre as diferentes regiões do país, a expansão de serviços básicos do Estado, como saneamento e eletricidade,

o crescimento da rede de ensino público, com o fortalecimento do próprio Estado nacional por meio da criação de grandes instituições como o Banco Central Libanês, o Ministério do Planejamento, o Conselho Executivo de Obras Públicas para todo o Líbano e um Conselho como esse apenas para a cidade de Beirute.

As mudanças trazidas pela administração de Shehab permitiram o nascimento de uma modernidade econômica no país. Pela primeira vez em sua história, o Líbano era pensado e construído como um projeto nacional que incorporava todos os cidadãos ao seu plano econômico e social. O projeto de Shehab não se afirmava pela vinculação imediata com as forças políticas externas que disputavam, no âmbito regional e internacional, cada parte do Oriente Médio como área de influência. A política econômica e social vivida pelo Líbano nesse momento voltava-se para o fortalecimento de suas frágeis instituições, conferindo ao Estado o papel de promotor da unidade nacional.

Entretanto, o projeto de Shehab legou a questão política do Líbano a um segundo plano. Para que os problemas causados pelas disputas políticas entre as elites familiares e confessionais não atingissem as conquistas sociais e econômicas do seu governo, Shehab não apresentou nenhuma ação de governo expressiva voltada para a diminuição do poder das elites confessionais na ordem pública. A distribuição de cargos políticos por cotas confessionais não foi alterada, mantendo a estrutura jurídica do país dividida. O que se observa, portanto, é que durante os anos de Shehab no poder, não somente o confessionalismo político no Líbano não foi alterado, como também houve um reforço das divisões jurídicas comunitárias com a manutenção e criação de leis que atribuíam autoridade política a líderes confessionais libaneses. Assim, enquanto a prosperidade econômica ganhava espaço no país, uma série de leis reforçava a autonomia jurídica de cada grupo étnico-religioso, fazendo com que cada libanês fosse julgado pela ordem jurídica dos notáveis de sua comunidade confessional, diminuindo o peso e a presença do Estado na vida de seus cidadãos.

Aos olhos do mundo, as questões comunitárias do Líbano não podiam manchar a imagem de prosperidade e modernidade de um país cravado em uma região repleta de tensões geopolíticas. A indústria libanesa crescia, o turismo aumentava vertiginosamente e a ocidentalização dos costumes parecia algo mais do que uma moda passageira. Os cafés de Beirute davam o tom charmoso de uma exótica Paris mediterrânea. Não por acaso, o país se transformou em uma zona franca comercial e bancária reconhecida internacionalmente. O símbolo maior desse período é a abertura do *Casino du Liban*, em 1959, nas proximidades da cidade libanesa de Jounieh. A ideia de um país ocidentalizado e aberto ao turismo do entretenimento

com restaurantes, teatro e vida noturna era atrativa aos negócios, possibilitando a representação do Líbano como um oásis de prosperidade capaz de congregar estilos de vida diferentes.

A imagem cosmopolita do Líbano contrastava com a dependência cada vez maior do país em relação ao papel de liderança de figuras religiosas no interior das estruturas legais de cada comunidade confessional. Essa disparidade ficou ainda mais evidente quando a comunidade xiita nomeou o imã Musa al-Sadr para a chefia do Conselho Superior Islâmico. Musa al-Sadr era originalmente iraniano e sua ascensão às esferas de poder da comunidade xiita libanesa foi vista por distintos setores da sociedade local como uma interferência estrangeira com o propósito de frear o desenvolvimento do pan-arabismo laico no país. Em linhas gerais, a visão de que o Líbano era a "Suíça do Oriente" não se adequava muito bem ao reconhecimento do poder político de autoridades religiosas como Musa al-Sadr e da manutenção de um sistema eleitoral baseado na distribuição demográfica confessional dos cidadãos libaneses, o que reforçava a influência da elite tradicional em um Estado pretensamente liberal do ponto de vista econômico e cultural.

A incompatibilidade entre o projeto de nação de Shehab e a estrutura secreária do cotidiano político do Líbano passou a ser vista com desconfiança por setores das Forças Armadas do país leis à junção do Líbano com a Síria. Em 1961, após contornar uma tentativa de golpe militar liderada por oficiais pró-Síria, Fuad Shehab abandonou a ideia de renovar seu período presidencial e retirou-se da vida política ao cumprir seu mandato em 1964. O que se seguiu ao fim do governo de Shehab foi o desmantelamento do Estado libanês e a ascensão paulatina das elites confessionais à política nacional. Essa mudança de rumo ficou clara quando, em 1969, o Líbano assinou secretamente os Acordos do Cairo, que conferiam o direito de cidadania ao movimento palestino armado chefiado por Yasser Arafat.

A legalização da ação palestina em solo libanês fez com que as tensões internas entre os grupos confessionais do país crescessem nos anos seguintes, motivadas, sobretudo, pelo apoio e rejeição que os diferentes grupos políticos do Líbano mantinham em relação à presença e atuação da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em seu território. Os anos seguintes foram marcados por um enfraquecimento contínuo entre presidentes da República (cristãos maronitas) e primeiros-ministros (muçulmanos sunitas), citando um Estado libanês enfraquecido por uma crise interna de comando. Os anos 1970 assistiram a um enfraquecimento constante das forças políticas maronitas, cada vez mais consideradas ilegítimas pela nova composição demográfica do país, caracterizada pela atuação de uma classe média muçulmana sunita e xiita barulhenta e radicalizada politicamente em torno da Questão Palestina.

A resposta da sociedade civil libanesa a essa crise política foi o aumento de grupos armados organizados a partir de critérios confessionais. Nesse contexto, o Karaitb, por exemplo, voltou a ter uma importância crescente no país, principalmente por apresentar-se como o defensor de toda a comunidade cristã libanesa e de um Estado nacional forte, unido, antipalestino e ocidentalizado. Ao mesmo tempo, Kamal Jumblat e outros líderes comunitários começaram a adotar um tom mais agressivo em seus discursos, não economizando nas críticas aos presidentes libaneses maronitas e convencendo os membros de suas comunidades a se radicalizarem. Os presidentes libaneses que sucederam Fuad Shehab (notadamente, Charles Helou entre 1964 e 1970, Suleiman Frangie entre 1970 e 1976 e Elias Sarkis entre 1976 e 1982) pioraram ainda mais a radicalização do comunitarismo no Líbano ao se mostrarem inaptos para conter o aumento do peso político e militar dos palestinos no país.



Mural em Beirute com imagem de Palé vestindo a camisa do clube Neimeh SC. O time foi o anfitrião da grande festa que a presença do Rei do Futebol gerou no país em 1975. Acredita-se que sua ida ao Líbano naquele momento teria atrasado o início da Guerra Civil.

Entretanto, a simplificação da tensão política entre cristãos pró-Ocidente e muçulmanos pró-Palestina não parece ser uma chave explicativa satisfatória para os problemas que abalaram a estabilidade do Estado local. Muitos muçulmanos também viam com maus olhos a chegada dos palestinos e muitos cristãos se recusavam a apoiar a formação das milícias maronitas. Por trás de toda a questão política estava o fracasso do Pacto Nacional e os limites do projeto nacional libanês moderno e ocidentalizado. As eleições parlamentares de 1972 refletiriam a complexidade do dilema vivido pelo Líbano ao consagrar a vitória política a partidos locais de orientação laica, reduzindo a participação do Karaitib a apenas 5 cadeiras do novo Parlamento e levando muitos partidos muçulmanos sunnitas à derrota e ao desaparecimento políticos.

O ano de 1975 marcou o início do caos nas esferas de poder do frágil Estado libanês. As animosidades entre os jovens libaneses pró-Occidente e os pró-Palestina cresciam à revelia de ações diplomáticas que tentavam retardar ou impedir um conflito armado generalizado no país. Uma dessas ações foi a realização de uma partida de futebol amistosa em que o jogador brasileiro Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, jogou ao lado do time libanês Nejmeh Sporting Club. A notícia da chegada do Rei do Futebol ao país serviu como uma trégua aos grupos armados que disputavam o poder no Líbano. Há quem diga que os enfrentamentos para-militares que levaram o Líbano a uma sangrenta guerra civil somente começaram alguns dias depois da partida protagonizada por Pelé. Mitos à parte, a passagem do jogador brasileiro por Beirute não foi suficiente para reduzir as tensões entre os grupos armados do país. Nesse sentido, o ano de 1975 representou o fim da Suíça do Oriente e a sensação de que se a guerra poderia esperar a saída de Pelé do Líbano, não havia como torcer pelo fim da crise política que marcaria a sociedade civil libanesa nos anos seguintes.

ANOS DOLOROSOS: A GUERRA CIVIL

Antes de começar a descrição dos episódios dramáticos da Guerra Civil Libanesa, faz-se necessário tomar alguns cuidados. Muitas feridas abertas durante esse processo ainda não foram cicatrizadas no Líbano. Por mais cuidadoso que este texto seja com cada parte envolvida no conflito, jamais seria possível trazer todos os atores, vítimas e impactos humanitários dessa crise para a discussão. Nesse caso, mais do que a compreensão do leitor, reivindicando o desejo de contar com o respeito que se deve ter com as vítimas que sobreviveram a esse processo. À medida que diferentes grupos possam ser responsabilizados por algum ato de guerra ao longo

do texto, que estas linhas não sejam tomadas como uma simples atribuição de culpabilidade ou provocação, mas que prevaleça a ideia de que, em uma guerra civil sangrenta, muitos podem ser vítimas e muitos podem ser algozes.

A lista de fatores que dividiam politicamente a sociedade civil libanesa em 1975 era gigantesca, porém não há dúvidas de que a Questão Palestina, as animosidades entre posições de “esquerda” e de “direita” no Líbano da Guerra Fria e o fracasso do Pacto Nacional compunham o núcleo das hostilidades. Se o Líbano estava preparado para o confronto, a gestão da crise passava a ser conduzida por atores externos, e os primeiros protagonistas do conflito foram a Síria e a Arábia Saudita. Em um primeiro momento, já nos idos de 1976, a Liga dos Estados Árabes enviou um contingente militar denominado “Força Árabe de Dissuasão”, que pretendia atuar como um fator de contenção dos enfrentamentos entre grupos libaneses. A maior parte desse efetivo militar vinha da Síria, o que já configurava um reconhecimento da liderança do governo de Damasco no cenário libanês. Com a chegada das eleições de 1976, os atores regionais que almejavam o protagonismo internacional a partir da crise libanesa não contiveram o impulso de interferir na escolha do novo presidente do país. Mesmo que a maioria dos deputados apoiasse a candidatura de Raymond Eddé, o político eleito foi Elias Sarkis, o preferido da Síria para o cargo.

Ainda em 1976, houve a instalação de uma “linha vermelha” entre a Síria e Israel, o que não passou de um acordo entre ambos os países que conferia o controle do leste e do norte do Líbano à Síria, garantindo uma distância segura dos sírios para Israel. A mediação dessa negociação foi conduzida pelos Estados Unidos, e assegurava a credibilidade necessária ao acordo para a opinião pública internacional. Esse novo cenário formado pela eleição de um novo presidente com aval sírio, por um acordo entre os incômodos vizinhos libaneses, e pela observação complacente dos sauditas, soou como um sopro de estabilidade no caos do Líbano, mas parece evidente que a contenção de uma crise interna com tamanho controle externo seria um fiasco mais do que previsível.

Nos anos seguintes, especialmente em 1978, quando Israel conseguiu negociar a paz com o Egito de Anwar Sadat sob os auspícios do presidente norte-americano Jimmy Carter em Camp David (residência de verão), a política israelense para a região passou a contar com a possibilidade de se construir um processo de paz também com os libaneses, mesmo que eles estivessem matando a si mesmos. A opção de Israel parecia ser a de encontrar um grupo libanês propenso à negociação, e, para o governo de Menachem Begin, os aliados em potencial eram os maronitas do Karaitib, liderados por Bashir Gemayel, o filho mais novo do fundador do partido,



Georges Hayek (CC BY 3.0) & d

A morte do recém-eleito presidente do Líbano Bashir Gemayel em 1982 deu início a um dos momentos mais sangrentos da Guerra Civil vivida pelo país entre 1975 e 1990. Imagens dele ainda estão presentes em algumas áreas do território libanês até hoje.

Pierre Gemayel. Se o argumento de defesa dos cristãos locais serviu para o aumento da influência francesa no Líbano pós-Império Otomano, poderia agora ser usado para inserir Israel no jogo político da crise libanesa. Esse argumento agradava aos Estados Unidos, aos cristãos europeus e ao anticomunismo latente do período. As consequências da aproximação entre Israel e o Kataib foram catastróficas, com o agravamento das ações militares contra civis no Líbano. A Síria, sentindo-se traída pelos maronitas, bombardeou os bairros cristãos de Beirute, a cidade de Zahle (de maioria cristã) no Vale do Bekaa, e instalou bases de lançamento de mísseis nas montanhas dessa mesma região, o que foi entendido como uma provocação e uma ameaça pelos israelenses.

Nesse contexto, já no ano de 1982, a Guerra Civil Libanesa entrou em sua fase mais sangrenta, iniciada com uma invasão israelense que se justificava como uma ação defensiva para conter os ataques dos palestinos da OLP contra o território de Israel. Essa incursão militar foi batizada de Operação Paz na Galileia, e foi efetivada a partir de um longo cerco a Beirute com bombardeios contínuos à cidade entre os meses de junho e agosto de 1982. No dia 23 desse mesmo mês, Bashir Gemayel foi eleito presidente da República, o que acalmou os ânimos das

potências ocidentais em relação ao Líbano, e foi acompanhado de um processo de saída dos dirigentes palestinos do território libanês. Oito dias após sua eleição, Bashir Gemayel viajou até a cidade israelense de Nahariya para encontrar-se com Menachem Begin. Nesse encontro, o *premier* israelense exigiu que seu aliado libanês se compromettesse a assinar um tratado de paz com Israel logo após a sua posse, em troca de apoio incondicional ao braço paramilitar maronita chefiado por Bashir Gemayel, chamado de Forças Libanesas. Caso o Líbano não aderisse ao tratado de paz, o exército israelense permaneceria no sul do país. Existem muitas versões para descrever a reação de Bashir Gemayel diante dessa proposta. O que se sabe é que o presidente libanês se recusou a se comprometer com a assinatura do tratado, já que não havia consenso nacional para a tomada de uma decisão tão marcante. As diferenças entre os aliados de outrora pareciam insuperáveis. Quase duas semanas após o encontro com Begin, Bashir Gemayel sofreu um atentado enquanto se reunia com correligionários na sede do Kataib, no bairro de Achrafieh, em Beirute. A invasão israelense e a morte do novo presidente fizeram do ano de 1982 o início do período mais devastador da Guerra Civil Libanesa.

À medida que a notícia da morte de Bashir Gemayel ganhava as ruas, as suspeitas sobre a execução do atentado eram direcionadas aos dois atores externos mais atuantes no conflito: Israel e Síria. Para o governo de Tel Aviv, o recém-eleito presidente tinha se mostrado um aliado questionável. Ele soube usar a aliança com Israel a seu favor e se recusou a dar a principal contrapartida que se esperava. Para o governo de Damasco, Bashir Gemayel tinha se aproximado demais dos israelenses, e isso não poderia ser um bom sinal para os futuros planos da Síria no Líbano. No meio dessa suspeita, os palestinos que ainda permaneciam no país também eram um grupo interessado na desestabilização do Líbano e na morte de um dos seus líderes mais contrários à ação palestina nesse território. Como a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, os palestinos foram os que pagaram o preço mais alto pelo atentado.

No dia 15 de setembro de 1982, setores radicais do Kataib, com apoio israelense, entraram nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, promovendo uma matança generalizada que contabilizou mais de dois mil mortos, a maioria mulheres, crianças, jovens e idosos. O comandante das operações israelenses no Líbano, o general Ariel Sharon, jamais assumiu a participação de seus homens no massacre.

A partir desse momento, a Guerra Civil Libanesa transformou-se na imagem da barbárie em todos os veículos de comunicação internacionais que tiveram acesso aos campos de refugiados atacados. O discurso jornalístico sobre o conflito no Líbano reforçava a ideia de que o país e toda a região do Oriente Médio eram o espaço da violência irracional. Novamente, o território libanês era o palco da luta

secretária que refletia algo muito além do simples interesse de se determinar qual era o projeto de nação vitorioso no Líbano. As manchetes dos jornais retratavam a falsa retórica de que muçulmanos e cristãos defendiam civilizações rivais totalmente incompatíveis, ainda que parecesse óbvio que o Karabí não era uma unanimidade entre os maronitas, que os maronitas não expressavam o sentimento de todos os cristãos libaneses e que a defesa da causa dos palestinos não era a agenda política prioritária da comunidade árabe-islâmica do Líbano.

No dia 21 de setembro de 1982, Amin Gemayel, irmão do presidente assassinado, foi eleito quase que por unanimidade dos votos do Parlamento como presidente da República do Líbano. A oposição à ascensão política de Amin Gemayel era sentida muito mais fortemente nas ruas do país. A organização paramilitar nasserista Mourabitun e o ex-presidente maronita Suleiman Frangié, ao contrário de todas as especulações que defendiam a condição secretária do conflito libanês, firmaram um acordo de resistência ao novo presidente eleito, que depois contou com o apoio de outras figuras políticas importantes do país como Rashid Karami e Walid Jumblat, filho do líder druso Kamal Jumblat, assassinado em 1977.

A legitimidade política de Amin Gemayel era constantemente discutida principalmente pelo fato de que sua autoridade sobre o Líbano era perceptível em não mais que 20% do território nacional, dividindo o controle do país com tropas sírias e israelenses, sendo que esses últimos já haviam se retirado de Beirute e recuado em direção ao sul. Esse cenário de flagrantemente desarticulação das forças políticas libaneses levou a ONU a enviar uma expedição militar ao país comandada por Estados Unidos e França, com o intuito de proteger os civis locais independentemente de suas origens confessionais. Enquanto na região de Chouf, litoral centro-sul do Líbano, Walid Jumblat enfrentava os milicianos do Karabí, as terras mais ao sul do país viviam o aumento da ação armada xiita nas áreas sob controle israelense. Nesse contexto nasceu a milícia Hezbollah, com forte apoio do governo iraniano.

As condições para a formação do Hezbollah já haviam sido reunidas. O fracasso político e militar dos movimentos nacionalistas de esquerda no Oriente Médio, a ascensão do ativismo político islâmico após a derrota dos árabes contra Israel na Guerra dos Seis Dias de 1967, a vitória da República Islâmica do Irã em 1979 e o sucesso da resistência local à presença do exército israelense no sul do Líbano combinavam fatores externos e internos para a bem-sucedida formação do Hezbollah nas regiões libanesas em que a população xiita se sentia fragilizada, principalmente nos arredores de Beirute, nas terras do Vale do Bekaa, e no sul do país sob o humilhante domínio de Israel. Onde as ações sociais do Estado libanês não estavam presentes, o Hezbollah angariou a simpatia da população local não

apenas pela eficiência de seu braço armado, mas também por uma rede de escolas, de hospitais e de órgãos de apoio a libaneses diretamente atingidos pelo conflito.

A primeira ação militar de grande envergadura conduzida pelo Hezbollah ocorreu em 22 de outubro de 1983, quando um caminhão repleto de explosivos atingiu a Embaixada dos Estados Unidos em Beirute, matando 200 soldados que ali se encontravam. A segunda maior força xiita libanesa da Guerra Civil, o Amal, liderado por Nablh Berrí, se beneficiou da atenção que os diversos grupos armados deram às ações do Hezbollah e, após a saída dos soldados estrangeiros, passou a controlar a região de Beirute Ocidental. Com o aumento do poder militar e político dos xiitas na Guerra Civil Libanesa, o Irã ganhou certo protagonismo no jogo político libanês que se mantém até os dias atuais.

A partir de então, o Líbano se transformou em um campo de batalha aberto entre diferentes grupos armados que tentavam sobrepor sua influência a uma parcela cada vez maior do território local. Do ponto de vista político, o ex-primeiro-ministro Rashid Karami voltou a ocupar o cargo em abril de 1984, formando um Conselho de Ministros composto pelos principais chefes de milícia do país. Durante o governo de Karami, o Líbano oficializou sua condição de país dividido em zonas confessionais conflitantes. A nova onda de violência instaurada por essa circunstância permitiu que as tropas do exército sírio ganhassem legitimidade internacional para ser uma força de proteção aos civis vitimizados por esses embates. Em junho do mesmo ano, Rashid Karami foi assassinado e substituído por um mandato provisório ocupado por Salim Hoss, um tecnocrata sem grandes habilidades políticas. A fragilidade do Estado libanês ficou mais evidente quando, nesse momento, o país passou a viver dividido por dois governos distintos e rivais. O motor dessa crise foi a vontade da Síria de impor um presidente aliado, enquanto o general libanês Michel Aoun declarava uma campanha contra a ingerência síria nas questões políticas do Líbano. Ao sair da presidência em setembro de 1988, Amin Gemayel instaurou um governo composto por cinco militares, sendo dois cristãos e três muçulmanos, sob a presidência de Michel Aoun. Os três militares muçulmanos rejeitaram a nomeação, e os dois cristãos se proclamaram a autoridade legal libanesa com Michel Aoun na presidência. Esse processo durou aproximadamente um ano e meio e foi acompanhado da entrada do Iraque no jogo político libanês ao lado de Aoun, para se firmar como uma opção de liderança regional anti-Síria no Oriente Médio.

Porém, em maio de 1989, uma reunião de chefes de Estado árabes realizada em Casablanca, no Marrocos, teve seu início com uma troca de acusações entre Síria e Iraque, e acabou com um desfecho surpreendente consolidado a partir de uma nota da Liga dos Estados Árabes, publicada no dia 31 de julho. Nesse documento, os

membros dessa organização internacional condenaram o alto grau de interferência da Síria no Líbano e forçaram o governo de Damasco a apresentar condições realistas para a abertura de negociações de paz no conflito libanês. As reivindicações sírias foram: a) a necessidade de reconciliação entre os grupos armados do Líbano, ou seja, o Amal (de influência síria), o Hezbollah (de influência iraniana) e as Forças Libanesas (de influência israelense); e b) a formação de um governo de unidade nacional com "relações privilegiadas" com a Síria.

Para Michel Aoun, as condições sírias eram inegociáveis. Já para Estados Unidos e Arábia Saudita, parecia mais plausível deixar de lado o general libanês com sua intransigência e negociar o fim da Guerra Civil com um ator externo que, além de estar presente em todos os momentos do conflito, não era tão ameaçador como o Irã nem tão abjeto aos árabes como Israel. A partir dessa base consensual entre as potências regionais e internacionais que atuavam no conflito, líderes políticos parlamentares do Líbano se reuniram na cidade saudita de Taif e celebraram um acordo de paz. Era fato que os problemas causadores da fragmentação da sociedade civil libanesa não tinham sido resolvidos, mas o esgotamento da população local e a necessidade de se colocar um fim no ciclo de violência que se instaurou no Líbano fizeram com que os Acordos de Taif fossem o primeiro passo para a pacificação total do país. Na longa caminhada rumo à estabilização do Líbano, era preciso colocar um pé na frente do outro.

A PAZ EM PEQUENOS TRAGOS

A grande negociação para o fim da Guerra Civil Libanesa pressupôs uma revisão histórica da formação política da República pós-independência. A base dos Acordos de Taif foi a reconfiguração do Pacto Nacional de 1943, alterando as proporções de representatividade política entre os grupos confessionais no interior do Estado. As novas regras do jogo político libanês eram: a) Diminuição de poderes do presidente, em favor do primeiro-ministro e do chefe do Parlamento; b) Divisão igualitária das cadeiras do Parlamento entre cristãos e muçulmanos; e c) Distribuição paritária dos ministérios para todos os grupos confessionais do país (o que antes privilegiava maronitas e sunitas). Em linhas gerais, as mudanças do acordo pretendiam reduzir a influência do sectarismo de forma gradual, como um objetivo a ser alcançado a médio e longo prazos.

Atrelado ao novo cenário político, também se defendiam o desarmamento das milícias que participaram da Guerra Civil, o recuo da força militar síria no Líbano para a região de fronteira entre os dois países, no Vale do Bekaa, com posterior retirada de todos os seus soldados, além da saída imediata das tropas israelenses do

sul do país. Do ponto de vista prático, os Acordos de Taif não apresentavam uma solução definitiva para o conflito no Líbano, mas reforçavam o papel de um dos maiores fatores de desestabilização da política libanesa: a interferência da Síria. A situação privilegiada dos sírios em relação ao Líbano foi vendida como um remédio para a crise libanesa, mas o gosto desse antídoto começava a trazer um sabor amargo para alguns cidadãos locais.

Ainda no campo político, a permanência de Michel Aoun no poder ficou insustentável, já que era preciso diminuir a tensão nas esferas de poder do país com a formação de um governo de unidade nacional. Em pouco tempo, Aoun perdeu o apoio internacional dos atores externos anti-Síria, sofreu uma derrota militar expressiva diante dos sírios e passou a viver exilado na França até seu retorno à cena política libanesa anos depois, em 2005.

Enquanto a rearticulação política do Líbano se desenvolvia, um plano de reconstrução da estrutura do país entrou em execução a partir de 1991 com a criação do Conselho para o Desenvolvimento e Reconstrução (um velho projeto abortado em 1977). A prioridade desse órgão era a realaboração da infraestrutura nacional para a retomada do crescimento econômico do Líbano, com a predominância de capitais estrangeiros na composição orçamentária dessa reconstrução. A partir dessa base, a economia libanesa recobriria seu fôlego para financiar, com seus próprios fundos, a exploração dinâmica dos recursos nacionais. O planejamento de reconstrução do Líbano, com declarada simpatia ao investimento internacional, souu como uma grande oportunidade de negócio para os países exportadores de petróleo do Oriente Médio, especialmente a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. O foco da aplicação desse capital estrangeiro foi a reconstrução imobiliária de Beirute, e foi nesse contexto que em 1994 fundou-se a Société Libanaise pour le Développement et la Reconstruction (Sociedade Libanesa para o Desenvolvimento e a Reconstrução), referida pela sigla SOLIDERE. Tratava-se de uma sociedade anônima libanesa liderada por Rafiq Hariri, um rico homem de negócios reconhecidamente ligado à Arábia Saudita e, não por acaso, primeiro-ministro do país no momento da criação da SOLIDERE (ver capítulo "Águarela libanesa: as artes no Líbano").

Nesse mesmo período, o panorama político do Líbano foi alterado com o aumento da força parlamentar do Hezbollah e do Amal, ao mesmo tempo que Rafiq Hariri despontava como uma nova liderança sunita à frente do Conselho de Ministros. As ações do novo governo se concentravam na reafirmação do país como novo centro turístico para os ricos cidadãos do Golfo Pérsico. Em contrapartida, o Líbano voltou a viver uma situação de tensão com a volta dos assassinos políticos em meados dos anos 1990. As principais vítimas foram os civis xiitas e maronitas, como Dany Chamoun, Rashid Karami e Elias al-Zayek, mortos em atentados

atribuídos a Samir Geagea, um antigo líder das Forças Libanesas condenado posteriormente a quatro prisões perpétuas e anistiado em 2005.

Nas eleições de 1996, o Parlamento foi formado com ampla maioria favorável ao grupo político de Rafiq Hariri. As eleições contaram com um grande número de abstenções, de acusações de corrupção, e com o boicote de importantes movimentos maronitas, dentre eles os partidários de Aoun e das famílias Chamoun e Gemayel. Para completar o clima de tensão, o exército israelense deu início à Operação Vinhas da Ira, em um esforço rápido de aniquilar o poder de fogo do Hezbollah, atacando pares de Beirute e atingindo o abrigo da chamada Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL), na cidade de Qana. Além disso, a Marinha de Israel promoveu um bloqueio aos portos libaneses de Beirute, Sidon e Tiro, alegando tratar-se de uma ação estratégica para cortar o fornecimento de armas do Hezbollah. A ação militar israelense não só fracassou na tentativa de esmagar o grupo xiiita rival, como também agravou o estado de conflito na região. A única mudança ocorrida pela instauração desse cenário foi a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano em março de 2000, no governo de Ehud Barak. Ainda que o exército israelense tenha saído dessa região, uma parte do território libanês na triplíce fronteira entre Líbano, Israel e Síria continua sob ocupação militar. As chamadas “fazendas de Shebaa”, com aproximadamente 35 km², são um importante ponto estratégico entre os três países, e a permanência do domínio israelense nessa porção de terra deixa a retirada do exército no ano 2000 incompleta.

Após a saída dos israelenses de parte do Líbano, os anos seguintes foram marcados pelo aumento de um movimento político dentro do país que pedia a retirada das tropas sírias. Os clamores pelo fim das intervenções estrangeiras tomaram as ruas libanesas, primeiramente na região de Chouf, e em seguida ampliando-se até Beirute. Vários líderes políticos como Walid Jumblat, a família Gemayel e Rafiq Hariri engrossaram as vozes populares. Até mesmo os maronitas que viviam na diáspora havia décadas firmaram sua posição contrária à presença síria no Líbano. Entre negociações acaloradas, divisão da sociedade civil e dos políticos libaneses em apoio ou oposição aos sírios e pressões internacionais, o país voltou a viver uma atmosfera de conflito que culminou na demissão do primeiro-ministro Rafiq Hariri e no enfrentamento entre ele e o presidente pró-Síria Emille Lahoud, que tentava mais uma renovação de seu mandato. O aumento da crise foi acompanhado pela Resolução 1559, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em setembro de 2004, que exigia o fim da ocupação síria e o desarmamento do Hezbollah e dos refugiados palestinos no Líbano.

No dia 14 de fevereiro de 2005, o mundo foi surpreendido pelas imagens de um atentado a bomba com grande quantidade de explosivos em uma das áreas



File:Chobeira (CC BY-SA 3.0), 14 mar 2005

A chamada Revolução dos Cedros, em 2005, precipitou a saída das tropas sírias do território libanês. Com grande participação popular, esse movimento político tomou as ruas de Beirute em um momento-chave de sua história recente.

mais nobres de Beirute. O número de mortos chegou a 21, e entre eles estava Rafiq Hariri. As conjecturas em torno da responsabilidade sobre o atentado colocaram o Líbano novamente em evidência na imprensa internacional. Enquanto a Síria e o Irã acusavam Israel pelo atentado, a população libanesa tornava as ruas exigindo a saída das tropas sírias. Essas manifestações que sucederam à morte de Hariri ficaram conhecidas como a Revolução dos Cedros e tiveram como resultado a saída do exército sírio no dia 27 de abril.

Durante os últimos dez anos, a estabilidade política e econômica tão necessária ao Líbano ainda é um sonho a ser conquistado. Os próximos capítulos tocarão pontualmente em algumas das principais questões que envolveram e seguem envolvendo a sociedade civil libanesa em sua luta pela paz. É chegada a hora de mostrar que mesmo que as feridas da Guerra Civil e dos atentados políticos ainda sejam um fantasma que assombra os libaneses, outros problemas e até mesmo alegrias virão, como em qualquer país do mundo.